



FAU/PUCCAMP

Tombo N.º 230

Class. *O. referência*

PHA.

Data 1988

Preço *waiaia*

Vol.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

**GRÃO-CHANCELER**

D. Gilberto Pereira Lopes

**MAGNÍFICO REITOR**

Prof. Eduardo José Pereira Coelho

**VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS**

Prof. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

**VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

Prof. Antonio José de Pinho

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

Prof. Ruy Rodrigues Machado

**Endereço para Correspondência:**

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica

Caixa Postal 1539 — 13100 — Campinas, SP

# NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável  
**ODILON NOGUEIRA DE MATOS**  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

---

ANO XX – Nº 129      ISSN-0101-4919      JANEIRO/MARÇO/1988

---

## SUMÁRIO

### Artigos

O Diário da Armada da Independência. . . . .	3
Odilon Nogueira de Matos.	
Apontamentos para o estudo da Vila Militar “Estrela do Norte”, no município de Piquete. . . . .	13
Paulo Pereira dos Reis	
Memória Patrulhense . . . . .	17
Astrogildo Fernandes	
J. J. Tschudi, a conexão brasileira de Büchner. . . . .	19
Erwin Theodor	
Os motins militares dos anos 1831/32 . . . . .	23
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
Museu: espaço privilegiado para a divulgação científica. . . . .	25
Regina Márcia Moura Tavares	

Corte amorosa & sedução no passado colonial . . . . .	28
Alzira Lobo de Arruda Campos	
A criação de gado na região de Franca . . . . .	36
José Geraldo Evangelista	
O Paraíso Terrestre . . . . .	43
João Ribeiro Júnior	
<b>Registro Bibliográfico.</b> . . . . .	46
<b>Periódicos</b> . . . . .	55
<b>Noticiário</b>	
Academia Marial de Aparecida . . . . .	57
Viana Moog . . . . .	58
Centenário de Armando de Sales Oliveira . . . . .	58
Rodamés Gnattali . . . . .	59
A Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande. . . . .	59
Geraldo Sesso Júnior . . . . .	60
<b>Um pouco de música</b>	
"Jalousie" . . . . .	62
<b>Memória Campineira</b>	
Rua Lusitana . . . . .	64
<b>Textos</b>	
A formação brasileira (Graça Aranha) . . . . .	67
Corolário de Roosevelt para a Doutrina Monroe . . . . .	68
<b>Vultos da Historiografia Brasileira</b>	
Oswaldo Rodrigues Cabral. . . . .	70
<b>Seleta</b>	
A colonização do Vale do Tubarão . . . . .	73
Oswaldo Rodrigues Cabral	
<b>Rabiscos de um escrevinhador ONM)</b>	
Campineiro de Niterói . . . . .	77
Sob o signo de Guilherme de Almeida. . . . .	78
Expressiva figura das letras mineiras . . . . .	79
Estrangeiros no Brasil no século passado . . . . .	80
Romancista francês na Capital do Império . . . . .	81
Vinte e quatro de fevereiro . . . . .	83
A propósito de Historiografia. . . . .	84

## O DIÁRIO DA ARMADA DA INDEPENDÊNCIA

Odilon Nogueira de Matos

Documento significativo para a história da chamada “Guerra da Independência”, é o diário de Frei Manoel Moreira da Paixão e Dorez, sacerdote que acompanhou, na qualidade de capelão, a expedição mandada organizar pelo nosso primeiro Imperador para impor a independência às províncias do Norte, ainda fortemente dominadas pelos portugueses. Essa “Guerra da Independência” assume caráter verdadeiramente curioso e original, pois travou-se aqui no Brasil mesmo e não apenas contra portugueses, mas contra brasileiros também.

É sabido que as províncias localizadas da Bahia até o Pará custaram muito a aceitar a independência. Viram elas no movimento de 1822 apenas uma espécie de golpe, a que o Príncipe-Regente D. Pedro teria sido pressionado por fluminenses, paulistas e mineiros, ou seja pelos representantes e pelo povo das províncias mais próximas à Corte e que eram, de fato, as que começavam a ter maior influência na economia do país. Não fora sem propósito que a própria sede do governo se transferira da Bahia para o Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII. Esse processo de aliciamento de D. Pedro por fluminenses, paulistas e mineiros vinha de mais de ano e culminou no chamado **Dia do Fico**, a 9 de janeiro de 1822. D. Pedro, não muito cuidadoso na sua maneira de falar, quando se referia ao seu gesto acedendo ao pedido para ficar no Brasil, dizia a **minha ficada**. Pois bem, da **ficada** ao Ipiranga foi um plano inclinado, resultando na emancipação tal como se fez, nove meses depois, tempo suficiente para uma feliz gestação...

Diante, todavia, da reação desfavorável das províncias do Norte, decidiu-se o jovem Imperador a contratar ilustre e valoroso almirante inglês para organizar esquadra e com ela obrigar baianos, pernambucanos, maranhenses e paraenses a aceitarem a própria independência. Fato realmente original e até mesmo único na história da emancipação de qualquer país.

Foi capelão dessa **Armada da Independência**, escrevendo-lhe o diário, Frei Manoel Moreira da Paixão e Dorez, de quem, aliás, pouco se sabe além do que ele próprio diz na página inicial de seu relato, isto é, que começou a servir na capelania de guerra em 1806, acompanhou o Almirante Rodrigo Lobo na expedição que combateu os revolucionários pernambucanos.

bucanos de 1817 e pouco depois da Independência foi nomeado para a Armada Imperial com funções a bordo da nau **D. Pedro Primeiro**, capitânea da expedição ao Norte, cujas peripécias acompanhou de perto, narrando-a dia a dia com abundância de pormenores interessantes.

Nada se sabe de sua vida anterior, sendo provavelmente português, ignorando-se até a que ordem religiosa pertencia, sugerindo Rodolpho Garcia, que pela primeira vez lhe editou o **Diário**, fosse agostiniano. Isto, pelo tratamento que, em certo momento, dispensou a um sacerdote dessa Ordem que fora feito prisioneiro e a quem reconhecera. Mas simples conjectura do grande historiador.

A **Armada da Independência** era constituída quase que inteiramente por antigos navios portugueses, incorporados pelo Brasil logo após o 7 de setembro. Apenas seus nomes foram alterados: a capitânea **Pedro Primeiro** era a antiga nau **Martin Afonso de Freitas**; a fragata **Niterói** era a antiga **Sucesso**; a **União** foi rebatizada de **Piranga** e a **Carolina** passou a chamar-se **Paraguçu**; havia, ainda, as corvetas **Maria da Glória** e **Liberal** e a escuna **Leopoldina**, que conservaram seus nomes. Dois outros brigues de procedência particular foram incorporados: o **Diligente**, de propriedade de David Jewett e o **Guarani**, outrora **Nightingale**, de nacionalidade inglesa.

O próprio Imperador fazia questão de acompanhar de perto os preparativos da expedição. É o que testifica, por exemplo, a inglesa Maria Graham: “a atividade do Imperador era antes a de um jovem oficial recentemente nomeado, do que um soberano que iria nomear os outros chefes. Chegava a bordo dos navios todas as manhãs às seis horas, apressava os armadores, intervinha nos navios de provisão, exigia o impossível dos tanques de água, balançava-se pelas cordas de convés em convés até as mais baixas partes do porão, recusando todo auxílio de escadas ou outras comodidades e, na sua alegria, trazia a Imperatriz para bordo, a fim de participar do novo prazer, que ela apreciava cordialmente”.<sup>1</sup>

E o **Diário do Governo**, em editorial, recordava a 17 de março (de 1823) “quanto o Nosso Augusto Imperador e Defensor se esmera em elevar a nossa marinha ao ponto que exige a guerra que nos declararam os nossos passados irmãos”. E terminava o jornal participando a chegada ao Rio de Janeiro de Lord Cochrane: “Se tão bravo e experimentado Guerreiro vem, como supomos, oferecer a sua espada ao Grande e Imortal Pedro I, será este o momento de fazer uma aquisição importantíssima para a nossa Independência e para a Mocidade Brasileira, que industriada e modelada pelo bravo libertador do Chile, se porá cedo em estado de abater de uma vez o orgulho dos Lusitanos”.

(1) **Esboço biográfico de D. Pedro I**, em “Anais da Biblioteca Nacional”, vol. 60, pág. 87. Rio de Janeiro, 1940.

A oficialidade da esquadra era em grande parte composta de profissionais estrangeiros, experimentados no ofício; a marinagem continha também estrangeiros, mas nela predominavam os elementos portugueses e nacional, tanto libertos como escravos. Surgem das páginas do diário de Paixão e Dores os nomes de Cochrane, Jewett, Greenfel, Taylor, entre outros, que tão assinalados serviços prestaram ao Brasil recém independente. Outros, menos conhecidos ali são também arrolados: Clewley, Shepherd, Boss, Parker, Hoolete (irlandês), João Bloem (alemão), Broutonelle e Sabra (franceses).

Pouco antes de partir, executara a esquadra uma missão importante: a de conduzir à Bahia as tropas de terra que deviam operar contra as divisões do General Madeira. De regresso ao Rio em 12 de março, já a 1<sup>o</sup> de abril de 1823 estava prestes a zarpar para a excursão ao Norte. É a esta viagem que se refere o relato de Paixão e Dores, feito “para entreter as horas vagas e para ter um testemunho com que fizesse ver aos meus amigos os gloriosos feitos das Armas Brasileiras”, segundo escreveu no “ofertório ao Imperador” datado de 10 de dezembro, ou seja um mês apenas após o regresso ao Rio de Janeiro.

O diário, à moda dos escritos congêneres da época das grandes navegações, é minucioso, com registro não apenas das coordenadas, mas dos mínimos incidentes de bordo. Até quando não acontece nada: “Não houve novidade alguma”, “não se ofereceu hoje novidade em nossa derrota”, “novidade nenhuma” são exemplos de anotações que aparecem com muita frequência. Mas também quando ocorre alguma coisa digna de registro, o escrivão não poupa palavras: a 10 de abril “caíram três marinheiros ingleses da gávea da gata sobre a tolda; e somente um deles, por não saber cair tão bem como os seus dois camaradas, depois de ter o incômodo de os carregar às costas em uma tão curta viagem, achou-se finalmente com uma perna quebrada por prêmio de seus trabalhos na velocidade de sua carreira”; a 12 de abril, a capitânea dá sinais à esquadra para se reunirem alguns navios que andavam mais dispersos”, e a 20 do mesmo mês “castigaram-se dois marinheiros ingleses por terem furtado vinte e tantos mil réis a um marinheiro português” e por ser esse o primeiro crime de semelhante natureza, “depois de lhes ser lido pelo Comandante o artigo do Regimento Inglês que os pune com pena de morte, lhes foi comutada em cinquenta açoites nas costas nuas, com disciplinas de linha de barquinha com miudas farpas de arame retorcido nas pontas, a cujos golpes ficavam impressos riscos e sanguíneos vergões, que deixando ver o muito que padeciam os criminosos, faziam ao mesmo tempo a todos os circunstantes o maior horror e espanto”. Ou então registros de exercício de artilharia (como o do dia 18 de abril), “com toda a atividade e escrúpulo, como quem se prepara para ataques de uma peleja que brevemente deverá ter o seu princípio”, pois o Almirante (Cochrane) “pretende decidir pela brandura e convenções

ou finalmente pela força, uma guerra na Bahia, que necessariamente e por muito tempo deverá ser prejudicialíssima, tanto para os irmãos europeus, como para brasileiros”. E enaltece nesse mesmo dia as virtudes do chefe inglês: “Eis aqui o verdadeiro caráter de um homem de bem, e de um bem experimentado cabo de guerra. Estes nobres sentimentos de alma, que o Lord me faz a honra de comunicar, no momento em que acabava de me convidar para jantar com ele, são para mim tanto mais digno de louvor, quanto para outra pessoa impróprios do mais pequeno vitupério”.

E sem maiores novidades continua a viagem até 4 de maio, quando ocorreu o primeiro combate em águas da Bahia, “obrigando o inimigo a deixar sua empresa e a seguir caminho de seu porto, concluindo-se toda esta ação em menos de três quartos de hora”; “corremos até às quatro da tarde sobre o inimigo, com pouco vento, que tendo favorecido mais a ele que a nós, o perdemos de vista”; a 7 de maio, dá caça a duas escunas que, junto à costa, navegavam para o Sul, “desviando-se de nós, com bandeira americana; falou a **Niterói** a uma e o **Guarani** a outra, e sabendo que se empregavam em conduzir víveres para o Exército do Recôncavo, se deixaram ir em paz”.

Da permanência na antiga Capital, há observações interessantes, como esta do Morro de São Paulo: “Seus moradores se ocupam na pescaria, mas são tão preguiçosos que raras vezes vão trabalhar. As mulheres são em menor número que os homens; o seu traje é ordinariamente simples e de algodão grosso; são despidas de todo agrado e muito bisonhas, fugindo e escondendo-se em suas casas ao avistarem qualquer pessoa desconhecida. Tudo isso nos admirou sobremaneira e muito mais ainda quando lhes perguntamos se queriam lavar as nossas roupas, que lhes pagaríamos mui bem; mas nem por isso se deliberaram a dar uma só palavra! A tanto chega o desmazelo!” Ou sobre as fortificações: “As guarnições das fortalezas (que não passam de três pequenos redutos) são sessenta homens, entre brancos, pretos e pardos, cujas praças trazem por farda uma mui grossa e rota camisa de algodão, com calças e ceroulas do mesmo pano, chapéus de palha, e não usam sapatos por não haver na terra quem os faça. Pelo mesmo Comandante das Fortalezas soubemos que os paíóis das ditas fortalezas se achavam desprovidos de todos os petrechos de guerra, pedindo ao Almirante as fornecesse de alguns, ao que anuiu o Almirante, dando-lhe as munições que pôde dispensar da Nau”.

Seguindo um pouco para o Norte, um pouco para o Sul, dando caça a galeões e sumacas, lutando contra os problemas de aprovisionamento ou a procura de boas águas, e ainda dezenas e dezenas de pequenas ocorrências, correram os dias de maio e junho. Curiosa a visita que a Cochrane fez o “Conde de Vopiér” para lhe contar da prisão de Labatut pelos próprios oficiais brasileiros por não ter atacado Madeira com o ímpeto necessário, acusando-o outros de “querer vender o Exército Brasileiro”.

Este Conde de Vopiér, cujo nome estropiado pelo mau entendimento do sacerdote, aparece citado três vezes no diário, não é outro, esclarece Rodolpho Garcia, senão o Conde de Beaurepaire (Jacques de Beaurepaire), comandante militar da Comarca de Porto Seguro e Ilhéus. Nascido em Toulon, França, a 17 de novembro de 1771, faleceu no Rio de Janeiro em 26 de julho de 1830, depois de ter prestado assinalados serviços ao Exército Brasileiro, especialmente na Independência da Bahia. Mais curioso, no caso, é que a corveta **Maria da Glória** era comandada por um Beaurepaire (Teodoro), parente do comandante militar da Bahia, não lhe podendo, pois, o nome soar de maneira tão estranha.

Um princípio de incêndio a bordo parece ter sido o que de mais importante ocorreu no final de junho, até que no início de julho (2) a esquadra portuguesa decidiu-se a abandonar a Bahia, perseguida sempre pela capitânea de Cochrane e outros barcos. Isto provoca de Paixão e Dores a seguinte **Reflexão**, aliás bem expressiva: “Não posso eximir-me de fazer alguma reflexão sobre os sucessos dos dias 2 de julho e 4 de maio, combinando-os um com o outro. Vejo a Esquadra inimiga composta de 14 navios de guerra, que encontrando-se com a nossa pequena Esquadra, se deixa cortar na linha que formava, em vez de atacar a nossa Esquadra, apenas se defendem as embarcações por nós atacadas, e reunindo-se todas nos fogem, sendo por nós corridas ! Nesse primeiro encontro se conhecem os dois Comandantes um ao outro; vê-se João Félix fugir do Lord e este atacando com desprezo da superioridade das forças contrárias ! A 2 de julho vejo o Lord com uma só Nau acompanhar a Esquadra inimiga e aprisionar em sua presença embarcações de seu comboio. Vejo a Esquadra inimiga reunir-se e dar caça à nossa Nau, e esta sem receio dirigir-se para terra, sem ser perseguida, como devia, pelo inimigo (se é que como inimigo a caçava), e finalmente fazer-se no bordo do mar, deixando-nos em plena liberdade para continuarmos a fazer-lhe o mal que pudéssemos ! Enfim, tudo parece aqui misterioso; mas nem por isso se pode negar a vantagem que têm tido as armas brasileiras; e quanto a esses dois dias, são famosos, assim como 2 de julho, em que o inimigo deixou seu acampamento pelo apuro em que o rigor do sítio de mar e terra o tinha posto, obrigando-o a retirar-se ou perecer, pela falta de todos os objetos de primeira necessidade”.

Estava, pois, livre a Bahia das tropas portuguesas e consolidada, ali, a Independência. Tornou-se, assim, o 2 de julho de 1823 a grande data dos baianos, que para eles, obviamente, tem muito mais significado que o 7 de setembro. A perseguição à Esquadra lusa durou até o dia 17 de julho, quando “à vista de todos esses acontecimentos, julgou o Lord ser de seu dever largar de uma vez o inimigo, a quem tinha obrigado a sair da Bahia, tendo-o perseguido até o presente com muita vantagem”. Da altura de Fernando de Noronha, onde se encontravam, somente a fragata **Niterói**

(comando de Taylor) continuou no encaço da esquadra portuguesa até quase que em águas territoriais de Portugal.

A 19 de julho, Cochrane e sua esquadra (menos a **Niterói**) tomaram a direção da costa norte à procura do Maranhão e do Pará. O litoral cearense foi avistado a 23. À aproximação das terras maranhenses, encheu de júbilo nosso sacerdote-escrivão: “Será para todos nós por muitos motivos uma grande felicidade” — dizia ele a Cochrane — “e eu desde já não perco as esperanças de ver uma terra aonde nunca fui, tendo agora favorável ocasião, no caso de serem seus habitantes nossos amigos”. Ao que o Lord inglês respondeu afirmando que em breve saberiam “si son nuestros amigos y del Imperador; en muy pocos dias conoceremos sus animos y su character”. Por esta ligeira conversa, concluiu o autor do diário que Cochrane “pretendia entender-se mui de perto e mui seriamente com o Governo daquela Província e fazer-lhe algum gênero de hostilidade, quando não esteja a favor da causa do Brasil”.

A 26 de julho recebeu Cochrane officio e pouco depois a visita do Comandante da Praça do Maranhão, Francisco de Borja Salema Garção. O inglês deu-lhe resposta declarando “que seus fins eram fazer ali aclamar ao Imperador e Independência, e que, quando o Governo deixasse de aderir a estas condições, veria romper toda espécie de hostilidade por mar e por terra, até que finalmente se conseguisse o desejado fim de unir aquela amena Província ao grande Todo do vasto Império do Brasil”.

Dois dias depois, estava a Independência reconhecida pelo Maranhão, ocorrência que Paixão e Dores narra da seguinte maneira: “Logo que a officialidade chegou à terra se dirigiu ao Palácio, onde, achando-se o Senado da Câmara e mais corporações eclesiásticas, civis e militares, leu o Secretário do Governo os officios que tinham recebido do Almirante, assim como os que lhe dirigiram, e depois de dar conta do que o Governo tinha tratado com o Lord sobre o importante negócio da Independência se romperam inúmeros vivas na Sala do Governo à Religião Católica, ao Imperador, à Independência e Constituição Brasileira, os quais vivas foram repetidos na varanda do Palácio pelo Presidente da Câmara, a que respondeu o povo na rua com o maior entusiasmo. Depois deste aparatoso e lisonjeiro ato (de que tive a dita de ser testemunha), se aprazou o dia 19 de agosto para se prestar juramento do estilo; terminando-se o festejo de hoje com um magnífico jantar que no mesmo Palácio se deu aos officiais da Nau e mais corporações, onde houve várias saúdes a SS. MM. II. e à Independência do Brasil”.

No dia seguinte nada teve a registrar além das “muitas visitas que S. Excia. tem recebido a bordo, de pessoas de todas as classes que de terra têm vindo cumprimentá-lo”. Mas a coisa não foi tão tranquila: chegou a nova de que a galera **Pombinha** saíra de Lisboa a 12 de junho com a

notícia de que D. João VI havia feito “evaporar a Constituição e Cortes, achando-se ao mesmo tempo árbitro dos destinos da nação portuguesa”. Um emissário deveria ir à Bahia e depois ao Rio de Janeiro dar esta notícia a D. Pedro I e com ele tratar da “reconciliação dos dois hemisférios”. A idéia parece ter sorrido ao sacerdote: “Permitam os céus que isto se realize cedo, para se pôr termo à assoladora guerra que mutuamente destrói duas nações de irmãos, que a não ser a sórdida ambição de alguns, ainda hoje formariam todas um Império respeitável”. Todavia, o emissário nem chegou a ser recebido por D. Pedro I, segundo informa Rodolpho Garcia em nota ao texto do sacerdote, “não só pela falta absoluta de poderes de que devia vir munido, mas ainda por não haver precedido a indispensável formalidade do reconhecimento da independência política do Império”. E o emissário só desembarcou por alegar estado de enfermidade, aliás comprovada, o que fez com que fosse recolhido à casa de um seu cunhado, onde ficou sob guarda, impedido de qualquer comunicação que não fosse com pessoa da família.

Houve mais ainda em terras maranhenses: uma conspiração, na capital, “para opor-se ao ato de prestar-se o desejado juramento de obediência ao Imperador e aderência à Independência”. Agravou-se o incidente, exigindo Cochrane providências mais enérgicas que o autor do diário relata pormenorizadamente no dia 31 de julho, rematando sua crônica com os seguintes termos: “Recebi imediatamente o officio e mais papéis, dei parte ao Comandante que o acompanhava, e tomando um florete que ocultei debaixo do hábito, parti com o comandante para o dito Forte da Areia, aonde logo que chegamos se passou revista à gente e se organizaram três brigadas, e dali passamos escaleres à rampa da cidade, aonde eu e o Comandante fomos os primeiros que saltamos; o desembarque da nossa gente foi tão rápido, como a sua formação nas respectivas brigadas, a cuja frente, pondo-se o Comandante e dando-me a sua direita, as fez marchar em passo grave ao som dos nossos tambores e pífanos, até o Largo do Palácio, onde as fez postar na frente da guarda principal enquanto se davam as novas providências: contávamos a esse tempo cinco horas da tarde. Imediatamente eu mesmo afixei uma proclamação na porta do Palácio e dei as outras ao oficial da guarda para as mandar pôr nos lugares do costume; e dali parti com os officios ao Secretário do Governo; mas como o não encontrássemos, voltamos ao Sr. Bispo Presidente, o qual partiu logo para a Casa do Governo, aonde, depois de alguma demora, vendo que nenhum dos membros aparecia, ele mesmo abriu os officios, e vendo que vinham também para o General das Armas, eu mesmo os fui levar, juntamente com o Sr. Bispo, para fazer com que aquela autoridade mandasse logo executar as ordens do Sr. Almirante, a fim de coadjuvar em tudo a desmembração dos perturbadores da ordem.

Às 6 horas da tarde voltei ao Palácio para dar parte ao meu Comandante de ter concluído a minha comissão; e logo nos dirigimos ao oficial da guarda para encarregar de ir imediatamente receber as ordens do General das Armas, pedindo-lhe o dispensasse da guarda para pôr em execução uma ordem de que o Comandante em particular o havia incumbido da parte do Almirante, e é a seguinte: que até a meia noite devia ele ter avisado todo o Corpo de Milícias, composto de europeus, para que estes debaixo de seus uniformes, e sem pretexto algum, se apresentassem às duas horas da noite no largo do Palácio, à frente da força armada que ali se achava (em que já falei, e a este tempo já reforçada com o Parque da Artilharia com oito peças) para ali ser desarmado aquele regimento, em castigo da oposição que se dizia pretendia fazer às ordens do Almirante e do Governo, que de comum acordo tinham determinado o juramento dito. Às 3 hs. achava-se o regimento desarmado, sem que fizesse a menor resistência; e por consequência todos os amantes da Independência mui satisfeitos com as sábias providências que se deram, continuando-se a gozar sossego, como se não tivessem havido as novidades descritas”.

Afinal, tudo se tranquilizou e a 2 de agosto podia registrar em seu diário: “Hoje me recolhi a bordo com mais gente que estes dias estive em terra debaixo de armas. A cidade acha-se tranquila.” Uma avaria em sua nau fez com que, devido aos baixios, se procurasse ancoradouro, na Ilha do Medo, distante da cidade 5 léguas; fundearam em local despovoado que só oferecia pastagem a gado, sem nada ter que se notasse.

Praticamente aqui termina (5 de agosto) o diário de Paixão e Dores, pois por motivo de moléstia deixou de redigi-lo com o cuidado e a minúcia com que o vinha fazendo. Registra, contudo, algumas informações gerais sobre a consolidação da Independência no Maranhão e às vezes de maneira um tanto amarga, a traír sua nacionalidade, como neste passo: “Todos os europeus que ocupavam empregos públicos foram esbulhados deles, sem mais formalidade que dizer-se: é europeu, morra de fome e sua família ainda mesmo sendo aderente ao sistema da Independência! Esta lei é argelina, se é que lá pode haver tanta crueldade, não digo para os europeus, mas para com suas inocentes e brasileiras famílias!”.

Arrola as embarcações portuguesas aprisionadas desde que a Armada chegou ao Maranhão, em número de 17, tendo sido uma delas o brique **D. Miguel**, mandado ao Pará com officios relativos à Independência do Brasil e à aclamação da D. Pedro I. Informava, ainda, que com estas 17 embarcações alcançava a 76 o número de barcos aprisionados desde o início da viagem. As demais assim se contavam: 18 canhoneiras tomadas também no Maranhão, 20 tomadas ao comboio de João Félix e 21 na Bahia. Informava, finalmente, que tivera notícia de que o brigue **D. Miguel**, despachado para o Pará, concluíra todos os negócios de que fora encarregado para ali se aderir à Independência e aclamar-se o Imperador. E no

último dia de sua permanência na ilha do golfo maranhense fez questão de frizar que Cochrane, “todo o tempo em que esteve em terra não descansou em fazer os mais relevantes serviços a favor da causa do Brasil, cujo zelo é ilimitado”.

Na longa viagem de volta, de 21 de setembro a 8 de novembro, quase cinquenta dias, não fez outra coisa senão anotar as coordenadas dia a dia. A 9 chegaram ao Rio de Janeiro, em cuja barra fundearam às 18 horas. Imediatamente receberam a visita do Imperador e da Imperatriz. D. Pedro subiu a bordo para agradecer a Cochrane os grandes serviços que lhe tinha prestado; e como a Imperatriz Dona Leopoldina não pudesse subir, desceu Cochrane a cumprimentá-la, beijando-lhe a mão. Nesta altura, o Imperador indagou do nosso sacerdote-escrivão quanta presa se tinha feito, ao que respondeu de pronto que, segundo o seu diário, subiam a 76. D. Pedro pediu-lhe para ver o diário, “e como este não se achasse em estado de poder dar, pela imperfeição em que se achava, me ordenou S. M. I. o pusesse a limpo, que o queria”, ao que, obedecendo como humilde súdito, tratou logo de o fazer, esperando que D. Pedro o desculpassem pelas faltas que encontrassem. Reporte-se, aqui, ao “Ofertório” em que Paixão e Dores, “cheio do mais profundo respeito e submissão”, depunha nas mãos de Sua Majestade Imperial o diário que redigira acerca da viagem da “famosa Esquadra Brasileira”, não para o “alto destino que teve” (isto é, oferecê-lo ao Imperador) mas sim “para entreter as horas vagas e para ter um testemunho com que fizesse ver aos meus amigos os gloriosos feitos das Armas Brasileiras”.

Com este precioso e interessante **Diário**, o quase desconhecido capelão acabou vinculando seu nome à nossa bibliografia histórica, num documento de natureza pouco comum, de que, efetivamente, poucos existem.

O original desse **Diário**, “absolutamente inédito e desconhecido”, no dizer de Rodolpho Garcia, pertenceu à biblioteca particular do eminente diplomata Embaixador Afrânio de Mello Franco, e foi cedido em cópia pelo seu filho, o ilustre historiador e ensaísta Afonso Arinos de Mello Franco a Rodolpho Garcia, então diretor da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que o fez publicar no volume 60, correspondente a 1938 (mas efetivamente editado em 1940) dos **Anais da Biblioteca Nacional**, págs. 177 a 258. Rodolpho Garcia fez preceder a publicação de erudita introdução, de sua lavra, tendo ainda o trabalho de anotar o texto em diferentes passos e confiar a parte náutica à revisão do Comandante Eugênio de Castro, a quem a bibliografia brasileira já deve idêntica tarefa com relação ao diário de Pero Lopes de Sousa.

No ano seguinte ao de seu aparecimento nos **Anais da Biblioteca Nacional**, foi o **Diário de Paixão e Dores** reproduzido na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia**, vol. 67, de 1941, págs. 1 a 85, publicação esta “facilitada pela dedicação do Ministro Bernardino José de

Sousa". Esta edição baiana reproduz integralmente a da Biblioteca Nacional, inclusive com o prefácio e as notas de Rodolpho Garcia. E foi ainda na Bahia que se fez a primeira publicação, em livro, do interessante Diário, em 1957 pela Livraria Progresso Editora (numa edição conjunta com a Câmara Municipal do Salvador), volume 14 da Série "Cruzeiro", da "Coleção de Estudos Brasileiros", da conhecida editora baiana. Esta edição também reproduz integralmente o texto, mas, inexplicavelmente suprimiu o parágrafo inicial do prefácio de Rodolpho Garcia no qual se informa que o original do diário pertenceu a Afrânio de Mello Franco e fora cedido por Afonso Arinos de Mello Franco, para a primeira publicação nos **Anais da Biblioteca Nacional**. Por que esta supressão? Não só não sabemos, como nos parece inexplicável e ainda fora de propósito, pois omite, para os leitores, a importante contribuição de Afonso Arinos para a divulgação do valioso texto. Bibliograficamente, isto tem muito valor, mas para ele não atentaram os editores baianos.

APONTAMENTOS PARA O ESTUDO  
DA VILA MILITAR "ESTRELA DO NORTE",  
NO MUNICÍPIO DE PIQUETE

Paulo Pereira dos Reis

**Nota.** Como "introdução" aos "Apontamentos" que a seguir se transcrevem, julgamos oportuno dar a conhecer aos leitores trechos de carta que nos dirigiu o autor: "Como lhe prometi, remeto, em anexo, o meu artigo intitulado 'Apontamentos... etc'. Muito mais poderia ter dito se tivesse ao meu alcance outros dados e informações e evitar desnecessários melindres dos piquetenses que sempre olharam a 'Estrela do Norte' (hoje praticamente extinta) com prevenção e antagonismo. Limitei-me aos fatos e informes que estão ainda nítidos em minha longínqua vida de menino que nasceu e viveu durante a infância em Estrela do Norte. Pessoas mais velhas, de gerações anteriores, poderão, com suas observações e experiências, retificar, detalhar e aprofundar mais as informações que reuni. (...) Cabe-me esclarecer-lhe que em Estrela do Norte moravam os oficiais do Exército e os civis com cargos ou funções importantes na 'Fábrica de Pólvora Sem Fumaça'. Entre eles estava meu pai que se formou farmacêutico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e veio exercer o cargo de 'chimico' no citado estabelecimento fabril do Exército. O conforto e as prerrogativas dos moradores de Estrela do Norte revoltavam os trabalhadores da fábrica que residiam nas vilas de Piquete e São José. As populações dessas duas povoações eram constituídas em sua maior parte por operários que viviam nas camadas mais humildes de uma sociedade acentuadamente estratificada pela divisão do trabalho. Os operários tinham consciência da situação de inferioridade em que estavam colocados em relação à camada superior, geralmente culta, que gozava as regalias dos poderes administrativo e militar da época, que eram fontes de privilégios, costumes e padrões de comportamento distintos do homem comum. Daí as mágoas e os ressentimentos que hoje devem ter esmaecido ou mesmo desaparecido depois de decurso de mais de meio século, com a tendência atual ao nivelamento por baixo, da antiga Estrela do Norte, hoje apenas um bairro de Piquete, onde o governo municipal exerce a sua jurisdição de direito e de fato. Vou parar por aqui... a) Paulo Pereira dos Reis". (O. N. M.)

Ao tempo em que Rodrigues Alves ocupava a presidência da República, tendo como Ministro da Guerra o Marechal Francisco de Paula Argolo, foi determinada a aquisição pelo governo federal de três fazendas no município de Piquete: "Estrela do Norte", "Limeira" e "Sertão", sendo as respectivas escrituras lavradas em julho de 1905.

Conforme se projetara, os imóveis adquiridos, que se encontravam “encravados entre montanhas e matas”, seriam destinados à construção de uma grande fábrica de explosivos para as Forças Armadas, livrando o país de enormes gastos com importação de pólvora e da dependência estrangeira.

Em 17 de novembro de 1905 foi constituída a Comissão Construtora sob a chefia do Tenente-Coronel Augusto Maria Sisson. A 15 de março de 1909 foi inaugurado o maior complexo da indústria química do Brasil sob a direção técnica de uma comissão norte-americana. Todavia, a partir de 15 de março de 1910, um ano após sua fundação, a Fábrica de Pólvora de Piquete passava a funcionar sob orientação de técnicos brasileiros.

A parte urbana foi ereta em terras que pertenceram à fazenda “Estrela do Norte” e a parte industrial foi edificada nas áreas das fazendas “Limeira” e “Sertão”.

Essa zona militar (designada na época como “praça de guerra”) constituiu-se, de fato, uma espécie de “distrito federal” encravado no município de Piquete. O complexo fabril e a vila de Estrela do Norte estavam sob a jurisdição militar, policial e administrativa do Exército.

As vilas de Piquete e de São José eram quase inteiramente dependentes dos favores e concessões do Diretor da Fábrica. Todavia, Piquete possuía uma estação ferroviária, serviço de correios, igreja matriz, cemitério, cartório de registro de pessoas naturais, escola pública e um hotel. Este, na época, era o centro social de Piquete. Inicialmente chamou-se Hotel das Palmeiras, e pertencia ao Coronel José Mariano da Silva.

Além do portão de acesso à estação ferroviária de “Estrela do Norte” estendia-se um amplo território que subia os vales dos rios Piquete, Limeira e Sertão, até as cumeadas da Serra da Mantiqueira. Era um território guardado e defendido por tropas do Exército: o Contingente da Fábrica de Pólvora, comandado por um capitão de infantaria. Nessa área ninguém entrava (nem a Polícia) sem a competente autorização do Exército.

Dentro dessas terras localizavam-se, pelo menos, quatro estações ferroviárias: a de “Estrela do Norte”, de “Serrinha” (ambas na zona residencial de Estrela), de “Limeira” (junto aos portões de acesso à fábrica) e outra, dentro do citado estabelecimento industrial. Estrela do Norte talvez tenha sido o primeiro exemplo de planejamento urbano do Vale do Paraíba.

No começo do século XX essa vila militar já dispunha de energia elétrica (gerada em usina própria), abastecimento de água domiciliar, rede de esgotos, serviços de rádio, correio e telégrafo, telefone, serviços de transportes sobre trilhos (trens, bondes, troles) com duas estações ferroviárias (a principal, à Praça Coronel Pederneiras, e uma outra, denominada

“Serrinha”, em frente às casas 44 e 45, numeração antiga), e todos os demais serviços urbanos então conhecidos no Brasil. Possuía um grande armazem, tipo bazar, ampla e sortida horta para abastecimento domiciliar, enfermaria com enfermeiros e médicos, farmácia com farmacêuticos diplomados, veterinários, técnicos e artesãos para todas as necessidades. Pelo exposto verifica-se que a mencionada comunidade estratificada dispunha de uma completa infra-estrutura urbana, eficientes serviços de assistência à saúde, de comunicações e de transportes, constituindo algo muito difícil de ser encontrado no Brasil, no primeiro quartel deste século.

A maior parte dos oficiais da Fábrica de Piquete pertencia às armas de Artilharia e Engenharia, embora o comandante do Contingente fosse da Infantaria. Devem ser arrolados também os oficiais de Serviços Auxiliares: médicos, farmacêuticos, químicos, dentistas e intendentess. Essa oficialidade era constituída, em sua maior parte, de cariocas, gaúchos e nortistas, embora houvesse um comandante paulista, o capitão Manuel de Freitas Novais, que servira antes no 5º R. I., de Lorena, e deixaria Piquete, parece-me, por volta de 1930, para morrer em 1932, no posto de capitão de uma companhia, lutando a favor da Revolução Constitucionalista no teatro de operações do Vale do Paraíba.

A vila denominada Estrela do Norte, por ter sido assentada em local onde existia uma fazenda do mesmo nome, talvez tenha sido o primeiro centro urbano planejado e implantado no Estado de São Paulo e um dos primeiros do Brasil. Possuía edificações sólidas e bonitas, todas dotadas dos melhoramentos que então se conheciam; contava com praças agradáveis que ostentavam tapetes de grama e plantas ornamentais bem cuidadas; ruas bem traçadas, arborizadas, com passeios cimentados ou ladrilhados e os leitos carroçáveis revestidos de camadas superpostas de pedras britadas e rochas pulverizadas.

Também comprovam, há mais de setenta anos, o seu alto grau de urbanização a iluminação pública, as agências de correio e telégrafo, a farmácia, a assistência médica e dentária para todos os moradores, o serviço de segurança, o cinema (com filmes vindos diretamente do Rio), os campos de voleibol e basquete junto à Praça Coronel Sisson e um clube de futebol que se tornou famoso, o Esporte Clube Estrela.

A vida social dos estrelenses era intensa. O centro de toda atividade associativa era o Cassino, local também onde se realizavam conferências, festas e bailes. Todo o interesse da povoação estava voltado para a então capital da República. Era um núcleo de cultura carioca. Os adultos liam o “Correio da Manhã” e o “Jornal do Brasil” e as revistas “Fon-Fon”, “O Malho”, “Eu Sei Tudo”, “A Careta”, e as crianças a revista infantil “O Tico-Tico”, todas publicações editadas no Rio de Janeiro; predominavam as maneiras de falar, de trajar, os hábitos e costumes cariocas, como

também todos os interesses estavam voltados para o Rio, sendo os moradores da Estrela, por essas razões, culturalmente dessemelhantes daqueles que se situavam fora do “enclave” estrelense.

Sem pretender abordar aspectos culturais mais abstratos representados pelas maneiras de pensar, agir e sentir e certos hábitos domésticos e familiares, pode-se, exemplificativamente, apontar duas diferenças culturais facilmente perceptíveis, quando havia, no Grupo Escolar de Piquete, o encontro dos alunos oriundos da Estrela com os demais colegas de Piquete e Vila de São José. Os primeiros empregavam, na linguagem, o tratamento da segunda pessoa do singular, enquanto os demais expressavam-se na terceira pessoa; os estrelenses, com seu sotaque sibilante e acariocado; os outros, com o falar típico dessa região paulista, onde era comum o fenômeno do rotacismo.

Também a indumentária assinalava, mesmo à distância, as diferenças existentes nos costumes daquela época. Os alunos da Estrela do Norte vestiam roupas geralmente adquiridas no Rio de Janeiro, usando os meninos, nos anos 30, calças curtas até aos 14 ou 15 anos de idade, enquanto os seus colegas das vilas de Piquete e São José, garotos de 9 a 10 anos, identificados com os costumes locais, já usavam calças compridas.

Essa comunidade, hoje extinta, com seus aspectos “sui generis”, está a merecer um estudo sociológico antes que se percam os testemunhos que com o passar do tempo tornar-se-ão cada vez mais raros.

## MEMÓRIA PATRULHENSE

Astrogildo Fernandes

A epígrafe acima condiz, segundo os hodiernos cânones do cientificismo histórico, com o sentido intrínseco deste registro que visa destacar a personalidade singular de José Maciel Júnior (Juca Maciel) como microhistoriador de sua Santo Antônio da Patrulha que o viu nascer. Efetivamente, Juca Maciel recolheu ao longo de sua existência dados e informes históricos a respeito do seu município e divulgou o resultado de suas pacientes pesquisas nas colunas de vários jornais gaúchos.

De quanto publicou estava planejado um livro que ele, infelizmente, não chegou a ver. Mas seus dedicados e extremosos filhos, logo após seu falecimento, concretizaram o plano editorial e surgiu o livro **Reminiscências da minha terra – Santo Antônio da Patrulha**. No bojo da obra está o pretérito patrulhense. O autor esteve sempre voltado para quanto ocorreu em seu torrão natal. A pertinência com que recolheu, por vezes, de escombros, as fontes para seus relatos históricos evidencia seu idealismo e atesta sua preocupação para que a vida patrulhense ficasse indelevelmente assinalada e seu pósteros possam ler, apreciar e comentar diferentes e variados aspectos de seu pretérito. Efetivamente, Juca Maciel legou para a história do Rio Grande do Sul um livro pleno de notícias e recamado por verdadeiras pérolas de subsídios para analisar e interpretar a História Regional.

No contexto do volume póstumo, Juca Maciel faz desfilas ante o leitor atento e interessado uma gama de variada temática totalmente voltada para a história local, no caso, tudo quanto diga respeito a Santo Antônio da Patrulha, seu povo, suas instituições, sua economia, sua cultura, sua imprensa, seus usos, seus costumes, seus vultos proeminentes.

Ao longo dos anos, em paciente e judiciosa coleta de documentos, além de anotar depoimentos orais, o autor divulgou, inicialmente, em órgãos de comunicação social, o resultado de suas pesquisas, estudos e dos juízos críticos a respeito de tudo quanto relatava.

Do amálgama de assuntos versados por Juca Maciel resultou o livro em foco onde os temas tratados pelo autor foram criteriosa e especificamente agrupados, facilitando, dest'arte, a leitura e, sobretudo, permitindo com rapidez o destaque dos tópicos de interesse imediato do leitor. Desde a origem e evolução do município, passando por uma história

nos séculos XIX e XX, o autor focaliza a economia local, a educação e a cultura, analisando em 22 tópicos aspectos genealógicos de patrulhenses e/ou pessoas vinculadas ao município. Capítulos peculiares são os que se referem às curiosidades patrulhenses e a visitantes ilustres. São ângulos passíveis de esquecimento não fora a acuidade histórica e o apego do autor à sua terra, numa demonstração eloqüente do seu idealismo cívico-cultural.

Juca Maciel legou, outrossim, valiosíssima contribuição para a área educacional, pois, em seu livro o alunado não só de Santo Antônio da Patrulha, como das cidades vizinhas, tem, agora, uma fonte de fácil acesso, para conhecer a história local e colher subsídios para estudos sobre os mais diversos temas. Acrescente-se uma faceta de enriquecimento na valorização do livro com as memórias patrulhenses, pois o autor, como pesquisador cauteloso e erudito conhecedor da heurística, recolheu, ao longo do tempo, provas documentais de quanto relatou e as complementou com um acervo fotográfico do qual algumas peças já estão inseridas em seu livro. É, pois, repositório da memória patrulhense, o livro aqui registrado.

(De *Folha Patrulhense*, 5-11-1987)

## J.J. TCHUDI, A CONEXÃO BRASILEIRA DE BÜCHNER

Erwin Theodor

Centro e cinquenta anos transcorreram desde a morte, aos 23 anos de idade, do dramaturgo e novelista Georg Büchner. Pouco numerosos os autores de todo mundo que a tal distância são realmente lidos, representados e ouvidos. Em geral, os grandes nomes do passado são ou esquecidos ou citados com respeito e reverenciados em datas fixas, mas a sua presença atuante, como matéria de leituras apaixonantes ou êxitos consagradores deixou de ser sentida, esmaecida a sua influência e conservada na memória apenas o nome ilustre, oco de significado.

No presente caso verifica-se o contrário: “Ao ler-se as cartas de Büchner, difícil é lembrar que não são de um contemporâneo”, diz o jovem e consagrado escritor Volker Braun em 1978. Heinrich Böll exclamou em 1967, em conferência em que agradecia pela concessão do Prêmio Büchner: “A intranquilidade que parte de Büchner é de uma dominância surpreendente, sentimo-la aqui, presente nesta sala. Assalta-nos de repente, saltando por cima de cinco gerações”. E, em verdade, a recepção fulminante de sua obra verificou-se bem depois de sua morte, embora já em 1837 o hoje quase esquecido, mas notável publicista e romancista Karl Gutzkow declarasse que Büchner havia sido “filho autêntico dos novos tempos”. Excetuando **A Morte de Danton**, a sua obra, de pequena extensão, foi reservada a gerações posteriores. Recebeu divulgação parcial em 1850, mas só em 1875 foi impresso o **Woyzeck**, geralmente considerada a mais importante de suas peças. Os naturalistas alemães (especialmente Gerhart Hauptmann) passaram a celebrizá-lo, por volta de 1885, como “genial precursor”; trinta anos depois é proclamado “modelo jamais alcançado” (Julius Bab) pelos expressionistas. Sua obra literária, escrita em três anos apenas, continua exercendo poderosa influência em todo o mundo, e defensores de doutrinas revolucionárias passaram a ver nele um antepassado e arauto genial, graças à redação do folheto político **O Mensageiro de Hesse**, a revelar a sua aguda sensibilidade social, assim como a adoção de teorias revolucionárias de caráter pré-marxista. Este **Mensageiro de Hesse**, bem como suas teses acadêmicas nas áreas da Medicina e da História Natural, seus esparcos escritos históricos, a novela **Lenz**, a comédia **Leonce e Lena**, os dramas **A Morte de Danton** e **Woyzeck** e as suas cartas precisam ser lidos individualmente, para ter-se idéia da força expressiva e da eminente atualidade desse genial precursor.

Aqui é propósito chamar a atenção sobre a recepção mais recente de Büchner, profundamente alterada desde que, a partir dos anos 70, o jovem docente Thomas Michael Mayer (que anteriormente havia sido assistente do notável diretor Fritz Kortner) passou a divulgar manuscritos de e sobre Büchner, por ele encontrados após paciente pesquisa. Anteriormente (em 1967) havia sido iniciada a publicação das **Obras Completas e Cartas** por Werner R. Lehmann, uma edição histórico-crítica, que empreendia “estabelecer definitivamente o legado do Autor”. De fato, trazem os volumes publicados muitas informações novas e abrem perspectivas diferentes daquelas da edição de Fritz Bergemann (Insel, 1922), que havia privilegiada até então. Dessa edição tivemos de valer-nos ao redigir, em 1959, o estudo **O Trágico na Obra de Georg Büchner**, possivelmente o primeiro livro dedicado inteiramente ao autor de **A Morte de Danton**, publicado em português. A partir de 1967, porém, com a edição de Lehmann, ficou superado e tal como os demais estudiosos do assunto, julgávamos que essa nova edição estabelecesse firmemente a tradição literária de Büchner. Ledo engano, porque Büchner ressurgiria mais multifacetado ainda, com os documentos que Thomas Michael Mayer publica e interpreta a partir de 1977, e a respeito dos quais se estende nos dois tomos da edição **TEXT + KRITIK** (Munich, 1979, 456 págs.), complementados por um terceiro da mesma coleção, em 1981, que modificam substancialmente o entendimento anterior. Nova edição crítica de **A Morte de Danton** (ed. Th. M. Mayer, Georg Büchner – Gesellschaft, 1980) serve de base a uma apresentação “revolucionária” em Frankfurt e altera o enfoque dado à peça; várias interpretações do **Woyzeck** (entre as quais a de Henri Poschmann, de 1984), a minuciosa edição crítica de Mayer do **Mensageiro de Hesse**, assim como a publicação de cartas e testemunhos até então desconhecidos oferecem novas perspectivas, e sucedem-se os livros publicados na Alemanha acerca da matéria, entre os quais referiremos uns poucos: **Pensar, Falar, Agir** de Corneille Ueding, 1976; **Contemporâneo Büchner**, editado em 1979 por Ludwig Fishcer, com capítulos acerca de cada uma das obras; **Georg Büchner: Estudos e novas fontes**, de Jean-Christoph Hauschild, 1985, acompanhado de cartas inéditas, **Leonce e Lena** edição crítica de Burghard Dedner, 1986 e, principalmente, a edição fac-similada de todos os textos do autor, em dez volumes: **Obras Coligidas** (“**Gesammelte Werke**”), com comentários críticos de Th. M. Mayer, publicados no corrente ano.

A publicação desses documentos, apenas agora encontrados, abre novas perspectivas heurísticas, atesta a presença crescente deste espantoso escritor, dentro e fora da Alemanha, assim como principalmente na Áustria, França e Estados Unidos da América. Cada vez mais clareiam as obras de pesquisa às relações e inter-relações existentes entre Büchner e os intelectuais da época, mencionando o referido trabalho de Jean-Christoph Hauschild, entre muitas outras minúcias dignas de nota, as memórias de

um certo João J. Tschudi acerca do curso que o jovem livre-docente Georg Büchner, da Universidade de Zurique, proferiu poucas semanas antes do seu falecimento, sobre “Anatomia comparada entre peixes e anfíbios”, no semestre de inverno 1836/37. Tschudi chegou mesmo a ser o seu único discípulo num seminário, realizado no mesmo quarto em que Büchner viria a falecer no dia 19 de fevereiro de 1837, e do qual esboça um croquis de memória, constante de uma cartas recentemente encontradas.

Tschudi era apenas cinco anos mais jovem que seu professor, e aqui chamamos a atenção especialmente sobre ele, pois não se trata de outro senão o naturalista, viajante e diplomata J.J. Tschudi, formado em ciências naturais por Zurique e, em medicina, por Paris, empreendedor aos trinta anos de célebre viagem circunavegatória do globo, estudioso da fauna e da arqueologia do Peru, a respeito das quais escreveu festejado tratado. Voltou a permanecer na América do Sul entre 1857 e 1859, principalmente no Brasil, nos Estados do Prata, no Chile, na Bolívia e no Peru, e em 1860 retornou novamente e, agora, para uma permanência prolongada só no Brasil, pois vinha na qualidade de ministro plenipotenciário da Suíça. Ao voltar para o seu país (que a seguir o destinaria como embaixador à corte de Viena), escreveu e publicou (em 1866) interessantíssimo relato de viagem, cuja tradução (muito bem realizada por Eduardo de Lima Castro) se intitula **Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo** (Ed. Itatiaia/Edusp, 1980, 218 págs.). Este volume de Tschudi, introduzido por Afonso de E. Taunay, na sua versão nacional, revela um observador atento, crítico e inteligente como também constitui, ao que parece, o único elo até agora estabelecido entre Georg Büchner, o qual — de acordo com o ministro plenipotenciário em nosso país — “exerceu influência duradoura sobre o seu aluno” e o Brasil. É uma relação apenas agora verificável, visto que antes da revelação de Hauschild (1985) ignorava-se a condição de Tschudi como discípulo do jovem autor de **Woyzeck**. E (sina da comprovação de tais inter-relações!) examinando o livro de Tschudi, tão pródigo no fornecimento de informações precisas acerca da sorte dos imigrantes estrangeiros no Brasil nos anos sessenta do século passado, para encontrar algum dado que revelasse os problemas que, um quarto do século antes, agitavam Georg Büchner, lemos: “Em Campinas, hospedei-me na casa do farmacêutico Dr. Georg Krug, pois esta cidade, de grande movimento e indiscutível importância, uma das maiores da Província, não possuía sequer um hotel. O pai do Sr. Krug emigrara da Alemanha, devido à triste situação política do Ducado eleitoral de Hessen (...), onde exercia, na cidade de Kassel, a profissão de marceneiro, que lhe dera grande fama, como artífice hábil e competente. Cometera, entretanto, o grave crime de abrigar idéias demasiado liberais, o que lhe valeu ser forçado a abandonar a pátria, ele e sua família. Veio para o Brasil e fixou residência em Campinas. Seu filho mais velho estabeleceu-se com uma farmácia e o mais jovem exercia, com muita habilidade, a profissão paterna”

(pág. 158). A referida emigração de Hesse (o ducado era terra natal Büchner) deu-se entre os anos trinta e quarenta do século passado, momento em que a penúria do povo daquela região, juntamente com a tirania, exercida pelos seus soberanos, haviam alcançado proporções inimagináveis. Eis porque tantos entre os primeiros imigrantes alemães no Brasil (e também nos Estados Unidos) procediam daquela parte da Alemanha. A menção de Tschudi traz à memória o destino de Büchner (ele próprio exilado em Estrasburgo e mais tarde em Zurique), que escapou à prisão pela fuga, pois, tal como o pai do hospedeiro de J.J. Tschudi, “cometera o grave crime de abrigar idéias demasiado liberais”. Seu **Mensageiro de Hesse** é o mais cáustico libelo acusatório às classes dominantes, escrito na época, desde o lema escolhido: “paz às choças, guerra aos palácios”, de autoria de Chamfort, e as “indicações práticas” que o introduzem. Ei-las: “Este folheto pretende dizer a verdade a terra de Hesse, mas quem diz a verdade é enforcado, e até mesmo quem lê a verdade pode vir a sofrer sanções, decretadas por juízes ímprobos. Por isso, aqueles que receberem o presente folheto farão bem em observar: 1) devem guardá-lo cuidadosamente, fora de sua residência e ao abrigo da polícia; 2) só devem passá-lo a amigos de total confiança; 3) só podem passá-lo às escondidas àqueles em que não confiam incondicionalmente; 4) se o folheto for encontrado, apesar de todas as precauções, devem dizer que estavam prestes a entregá-lo às autoridades locais; 5) aquele que não o tiver lido quando o mesmo for encontrado, encontra-se evidentemente isento de culpa”.

Nada para ilustrar melhor a atmosfera reinante no Ducado de Hesse do que esta advertência preliminar do **Mensageiro**, destinado a “dizer a verdade”, e certamente terá o ministro suíço no Brasil, bem antes de hospedar-se em Campinas e ouvir o relato da família Krug, tido ciência das condições opressivas em que vivia o povo daquela região em 1833 e 1834 através do seu professor, o seu admirado mestre Georg Büchner.

(**Cultura**, supl. de “O Estado de S. Paulo”,  
25/4/1987)

## OS MOTINS MILITARES DOS ANOS 1831/32

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci  
UNESP – Franca

Dentre uma série de publicações levadas a efeito por ocasião dos quatrocentos anos da Paraíba, avulta-se-nos, entre outros, a realizada pelo historiador José Octávio sobre a “Violência e repressão no Nordeste”, com o intuito de reavaliar e ressaltar o caráter sangrento e violento existente na História do Brasil, notoriamente na região nordestina.

Recaiu este seu trabalho nos eventos ocorridos no Nordeste entre os anos de 1831 e 1832, denominados, consoante os meses em que ocorreram de setembrizada, novembrada e abrilada.

Enfatiza o A. (p. 21) que “o que nos ocorre é situar a setembrizada, novembrada e abrilada como insurreições que surgiram por acaso, ao culminarem estado de violência larvar, como indissociável componente da sociedade pernambucana, regional e brasileira da fase regencial que, sob esse aspecto, nem difere de sua antecessora colonial nem da de nossos dias”.

Deixa ainda bem explícito que a violência nordestina ao longo do século XIX expressou-se a partir do próprio sistema vigorante imposto pela escravidão, que veio a propiciar a participação da massa popular, freqüentemente acometida de roubos, de incêndios, da violência policial, do derrame de moedas falsas, da situação de miserabilidade geral.

E, os movimentos de 1831/32 refletiram bem, conforme oportuna e valiosamente resgatou José Octávio, a luta do espírito libertário, ao mesmo tempo impregnado de constitucionalismo e do radicalismo, e, do outro lado, pelo absolutismo, prevalecendo sobre as garantias constitucionais.

Saliente-se, todavia, que a fase de transição do Primeiro Reino para a Regência, época de grande fermentação político-ideológica-revolucionária, acabou por envolver todas as Províncias do Brasil, notoriamente pelas tensões sociais constantes e pela debilidade em que se encontrava o Estado Nacional nessa fase de sua elaboração. Daí os motins militares, dos quais, a abrilada, a setembrizada e a novembrada, embora sem alterar o **statu quo** abalou a dominação vigente, configurando-se como um protesto social mais articulado e com ampla participação das camadas mais pobres da população. O sufocar de tais movimentos acabou

por agravar a problemática existente entre restauradores absolutistas e republicanos federalizantes.

Estando hoje em aberto ao debate nacional as distorções e as incoerências do Estado Nacional, a presente análise oferece, sem dúvida, subsídios para o estudo de uma das mais significativas raízes históricas do problema.

## O MUSEU, ESPAÇO PRIVILEGIADO PARA A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA\*

Regina Márcia Moura Tavares  
Diretora do Museu Univ. da PUCAMP

A oportunidade que tive de, após 20 anos de docência universitária, assumir a direção do MUSEU UNIVERSITÁRIO – PUCAMP deflagrou em mim uma nova esperança em relação ao desempenho da tarefa de educador num mundo de vertiginosas transformações. Isto porque estou entre aqueles que acompanharam o advento da Imagem no processo da comunicação humana contemporânea e consideram imprescindível uma revisão nos métodos de abordagem das gerações mais novas, visando oferecer-lhe informações necessárias ao desempenho de papéis sociais futuros.

O museu é, por excelência, a instituição que resgata a tradição cultural de um povo, através do artefato bidimensional e do tridimensional. Nada mais próprio, pois, do que utilizar os acervos de forma exaustiva, para a veiculação da produção científica que se acumula nos meios acadêmicos e em outros centros de pesquisa.

Toda produção de conhecimento se justifica na melhoria da qualidade de vida do Homem. Infelizmente, hoje, há um enorme fosso entre os setores que produzem o conhecimento e a sociedade que necessita do mesmo para se desenvolver. E, mesmo quando há um esforço no sentido da diminuição dessas distâncias, o resultado é pouco significativo, em virtude da insistência numa comunicação baseada, unicamente, no código linear da escrita.

A era da imagética, que a televisão, o outdoor, o micro-computador e outras tecnologias inauguraram, está a exigir dos educadores ousadia e criatividade na reutilização dos equipamentos já conhecidos pelo homem em outros tempos e múltiplos lugares.

A vocação do Museu é, antes de mais nada, educacional. Não se pode pensar em preservar, conservar e expor sem se perguntar “para que”. Assim como outras instituições que trabalham com patrimônio cultural, a saber, Bibliotecas e Arquivos, o Museu deve preservar as conquistas criativas do homem-ser permanentemente desafiado em sua luta

---

(\*) Comunicação apresentada ao Xº Congresso Nacional de Museus, Ouro Preto, 09 de novembro de 1987.

pela sobrevivência física e social, com o claro objetivo de instrumentalizar, culturalmente, novos seres para a construção do presente e a projeção do futuro.

Se a sociedade contemporânea está a exigir alternativas de comunicação e se o Museu, entidade educativa, dispõe de acervos que, intrinsecamente, comunicam: emoções, pensamentos, opções de homens de outros momentos históricos, de outras culturas; grandiosidade do “habitar” no qual este mesmo homem surgiu e se desenvolve; por que não os utilizar com uma nova função, ou seja, a de discutir os próprios temas que são objetivo da pesquisa científica?

Em meu modesto entender, a inserção do objeto em dois contextos simbólicos diferentes valoriza-o, sobremaneira!

No Museu Universitário – PUCAMP vimos desenvolvendo esse trabalho nos últimos anos, sobretudo porque dispomos de um amplo acervo antropológico – cerca de 28.000 peças entre etnológicas e arqueológicas.

Até o momento temas como “A rizicultura no Japão tradicional”, “A sericultura tradicional e industrial no Japão”, “O homem do Vale do Paraíba produzindo a sua cultura”, “A mulher entre os povos ágrafos”, “A alimentação entre os povos ágrafos”, “O Homem do Sambaqui”, “O Homem, esse criador”, “O Homem, a Cultura e o Museu” e outros, foram desenvolvidos no espaço do Museu, tendo o objeto ilustrando a proposta além de, por si só, haver comunicado o fato sociológico.

Nossa preocupação tem sido passar a idéia aos frequentadores de museus de que há sempre um ser humano por detrás do objeto exposto, um homem querendo sobreviver e crescer a despeito das dificuldades que lhes impõe os ambientes natural e social.

Estou convicta de que os museus, de qualquer natureza têm condições de explicitar conteúdos pesquisados para a população em geral, com o mesmo sucesso que obtêm os veículos de comunicação de massa, através de suas fascinantes imagens.

Num país de múltiplas carências, respeitando sua vocação educacional o MUSEU UNIVERSITÁRIO – PUCAMP optou por realizar **exposições itinerantes** em espaços nunca dantes ocupados por acervos museológicos, na própria cidade de Campinas e em outras próximas. Assim sendo, o “hall” da Caixa Econômica de Monte Mór, a passarela do Shopping Center receberam mostras provocativas, as quais foram prestigiadas pelo interesse da população. O objetivo das mesmas têm sido deflagrar no público uma reflexão com relação ao patrimônio cultural do qual ele é produtor em seu cotidiano. Move-nos a preocupação de extirpar a crença, generalizada, de que há os seres que produzem cultura e os que a consomem, simplesmente; assim como, desestruturar o universo daquele que,

permanentemente, absorveu a ideologia do dominador, acreditando-se incapaz do ato criador. Finalmente, estimular-nos a possibilidade de resgatar, de certa forma, a dignidade do ser humano.

Vale dizer, ainda, que sempre temos procurado mobilizar as Bibliotecas das cidades que recebem as exposições itinerantes do Museu Universitário – PUCCAMP, no sentido de realizarem programações conjuntas.

Os resultados de tal experiência têm sido bastante significativos, o que nos incentiva na linha de sua expansão.

Para ficar no limite do tempo destinado a essa comunicação, gostaria de encerrar dizendo que acredito ser possível reverter a situação de excessiva compartimentalização do conhecimento, decorrente da especialização acentuada na sociedade contemporânea, através de uma proposta museológica de vanguarda, calcada no entendimento de que a verdadeira sabedoria está na capacidade de auto-revisão, de mudança, na adequação à novas realidades próprias do fluir da vida das sociedades, num universo em eterno movimento.

## CORTE AMOROSA & SEDUÇÃO NO PASSADO COLONIAL\*

Alzira Lobo de Arruda Campos  
(UNESP – Franca)

Arranjos sobretudo de família, ou resultantes do mando de grupos dominantes sobre dominados, o casamento não deixava, em nosso passado histórico, muito espaço à corte amorosa. O código de ética estabelecido para as relações pré-nupciais, tornavam inevitáveis práticas contraventoras variadas, pois, como sabemos, as coisas não são proibidas porque são erradas, mas tornam-se erradas por serem proibidas. Das fraudes à sexualidade permitida – essencialmente solucionada nos estreitos limites do casamento cristão, monogâmico e indissolúvel – a sedução aparece como um desdobramento do namoro. Desdobramento perverso, segundo a tábua de valores da época, a sedução era entendida como uma das modalidades da conjunção carnal ilícita. O elemento subjetivo desse crime, variava segundo um e outro casos conservados nos arquivos, mas a finalidade última considerada era sempre a cópula, encontrando-se a figura do defloramento, embora a vítima não precisasse ser necessariamente, para a configuração do delito, mulher virgem. Subentende-se sempre a aleivosia do sedutor, ao aproveitar-se da inexperiência ou justificável confiança da seduzida, enganada por promessas de casamento.

Os processos de esponsais e as causas-crimes de honra e virgindade, são os testemunhos mais elucidativos sobre a sedução, informando-nos sobre a importância que se atribuía à castidade feminina.

As queixas assemelham-se: “levadas de sua honra e virgindade”, as seduzidas pedem reparação do dano sofrido. O discurso sobre a importância da virgindade faz-se enfático, como o de Ana Caetana da Silva, moça “grave e honesta”, das principais famílias da Vila de São Sebastião: raptada, com promessas de casamento, por Joaquim José de Brum, este, pelo frágil sexo da Suplicante, roubou-lhe “a melhor coisa que tinha”.<sup>1</sup>

---

(\*) As reflexões aqui desenvolvidas alicerçam-se fundamentalmente em minha tese de doutorado: *O casamento e a família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos*, apresentada ao Departamento de História da U.S.P., em 1986, especialmente nos capítulos II, item 3.A e IV, item 1. (Exemplar mimeo.).

(1) *Causa-crime de honra e virgindade*. Autora: Anna Caetana da Silva. *Arquivo do Estado de São Paulo*, n. da caixa-92; n. de ordem - 3, requerimento n. 33. Ms.

A difamação pública seguia-se, inexorável, à defloração. Se não sobreviesse o casamento, ficariam as moças “desonestadas” e sujeitas “a grandes misérias”, por não haver quem as quisesse desposar.

Os documentos falam por si: a mulher é concebida como um ser frágil, facilmente corruptível. Criatura a ser protegida a “olho e ferrolho”, conforme a tradição portuguesa. Perda de virgindade, antes do casamento, acarretaria a desclassificação social da moça e de seus parentes, arrastados solidariamente pelo descrédito social. No entanto, os padrões de virgindade funcionavam com maior eficácia nas esferas sociais mais elevadas. É esse o sentido da declaração de Anna de Ramos: após ter sido “levada de sua virgindade pelo sacristão José da Rocha Martins, debaixo de “carícias de amor e promessas de casamento”, solicita reparação, pois que poderia “padecer grave prejuízo na sua honra, e perigo de vida com seus parentes, por serem estes de avultada estimação nesta vila”.<sup>2</sup>

A sexualidade no namoro, nos tempos coloniais, é um mundo quase fechado ao historiador. Sob esse aspecto, os processos de sedução constituem fissuras, que permitem devassar alguns de seus aspectos. O erotismo gestual explícito nos documentos compõe-se de “carícias de amor”, “carinhos e afagos” e “brincos amorosos”, usados como incitamento ao ato sexual.<sup>3</sup> Não há referência a beijos. A censura social exercia-se, impecável, sobre as relações pré-matrimoniais, impondo padrões de conduta, interiorizados pelos jovens. Carinhos proibidos remordiam a consciência dos protagonistas, como João de Lemos, unido por esponsais a Antonia Correya e que “tinha vergonha de se desobrigar na quaresma pelas muitas desonestidades que com a dita Autora tinha tido”.<sup>4</sup>

A sedução materializava-se em presentes oferecidos à jovem: fitas, pentes, peças de roupa, jóias e prestação de serviços:

“/.../ Manoel Jorge mandava pelos seus negros buscar água na fonte, para a casa da Justificante, e nos domingos e dias santos pelos ditos seus negros a mandava levar em uma rede à Igreja da Misericórdia desta vila para a ela ouvir missa”.<sup>5</sup>

As cartas eram elementos do ritual amoroso. Cartas femininas raramente estão apensadas aos processos coloniais, embora haja menções a cartas enviadas pelas jovens aos seus pares. É preciso atentar que as mulhe-

(2) **Processo de esponsais** entre partes: Anna de Ramos (Autora) e José da Rocha Martins (Réu). Paranaguá, 1769. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, 15-2-31, fls. 1.

(3) **Processos de esponsais**: n. 31, gaveta 2, estante 15, fls. 1 e n. 48, gaveta 3, estantes 15, fls. 6 (Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo).

(4) **Processo de esponsais**, entre partes: João de Lemos (Réu), e Antonia Correya (Autora). Paranaguá, 1751. Doc. não indexado, fls. 3 v. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

(5) **Processo de esponsais**, entre partes: Manoel Jorge (Réu), e Maria Ribeira de Jesus (Autora). Santos, 1753. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, 15-1-15, fls. 4v.

res eram iletradas por princípio e regra, além do que, provavelmente, teriam mais cautelas em registrar, por escrito, seus sentimentos. Num dos poucos exemplos encontrados, Maria Clara da Anunciação dirige-se a Antonio Joseph da Mota, com expressões de tratamento que revelam a subalteridade feminina: “esta sua negra”<sup>6</sup>, “escrava de amizade”, “sua serva muito de Antonio José” e “serva obrigadíssima de V.M.”. Nas três cartas dessa missivista, protestos amorosos misturam-se a pedidos pragmáticos:

“Antonio José, V.M. não me quer bem; meu coração eu quero a sua pessoa bem mais (do) que V.M. Bem soubera o que está no meu coração, um bem soubera. Peço a V.M. que não faça coisa que se diga coisa do menino. O Manoel me disse que V.M. lhe disse que trouxessem papelinho que dava oito patacas /.../”<sup>7</sup>.

Essas oito patacas, juntamente com nove patacas de outra carta, referem-se a pedidos formulados por Maria Clara ao namorado, e que este juntou ao processo de esponsais, por ele movido, a fim de comprovar um compromisso, rompido pela moça.

Os exemplares de epístolas masculinas, apresentam-se mais requintados e com poucas incorreções gramaticais. As expressões afetivas são: “meu benzinho”, “minha alma”, “meu coração”, “minha senhora”. Versam, no geral, sobre a intensidade do afeto e da tristeza que sentem pela indiferença ou distância da amada:

“Não sei qual seja o motivo da sua esquivança pois desde ontem que lhe desejo falar: tem sido tal a minha desgraça que nem por quem lhe certifique esta vontade, tenho achado, e que agora falo e lhe peço mande resposta, pois só este foi o motivo que me fez ficar e não ir para minha invernada”<sup>8</sup>.

As fontes relatam que as relações pré-nupciais continham doses de espontaneidade e empatia, que afastam explicações generalizantes sobre contratos matrimoniais com base no puro interesse familiar. Parece plausível que — antes, como agora — os padrões sociais funcionassem ao nível individual, programando as pessoas a se apaixonarem por parceiros convenientes. Os arranjos de família, gerenciadores do casamento, não anulavam a participação ativa do futuro casal. Havia, ao que tudo indica, cumplicidade recíproca entre os pais, que tratavam

(6) A Autora é branca, sendo, pois, o termo “negro” de cunho simplesmente afetivo, conforme era hábito em nossa sociedade colonial, na qual era freqüente o pai chamar carinhosamente o filho de “meu negro”, conforme assinala Hermann Burmeister em: *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas...* São Paulo, Livr. Martins, 1952, p. 54.

(7) *Processo de esponsais*, entre partes: Antonio Joseph da Mota (Autor) e Maria Clara da Anunciação (Ré). Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, fls. 4-5.

(8) *Processo de esponsais*, entre partes: José Joaquim da Rocha Pereira e Gertrudes Maria do Espírito Santo. Curitiba, 1779, fls. 10. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, 15-3-37.

os esposais, e os filhos que iniciavam ou prosseguiam o trato pelo namoro.

Amparados por uma rede sociológica, formada por parentes e amigos — os “casamenteiros” —, os jovens estavam sujeitos a um código afetivo cuidadoso, código que possibilitava à sociedade testar os seus padrões. Nessa via, poderiam resvalar para o ilícito, tipificando a chamada “sedução”.

As seduzidas dos processos que nos restaram são sempre brancas, refletindo a assimetria das relações eróticas estabelecidas inter-racialmente. O homem branco seduzia apenas as brancas. A pragmática legal deixava implícito que a mulher de cor era “furtada de sua virgindade”, sem sedução. Simples entrega de corpos de etnias dominadas à etnia dominante. A promessa de casamento, inerente aos processos de sedução, dificilmente seria levada a sério no caso de índias, negras ou mestiças, presas estruturais dos brancos predadores.<sup>9</sup>

As personagens da sedução — sedutor e seduzida — locomovem-se no quadro restrito da geografia feminina: a casa dos pais, o quintal, a igreja. Esta, para os crimes de padres.

O drama inicia-se como o namoro comum: “sinais amatórios”, acenos, “arruadas”, recados e cartas, preambulam repetidas conversas, acompanhadas de rogos e afagos. Seguem-se as indefectíveis — pelo menos a nível processual — promessas de casamento, ensejadoras de “ilícitos tratos e carnal cópula”.

A conseqüência era funesta para a mulher: tratava-se da “publicação” de sua desonra, inevitável numa sociedade “face a face”, onde todos se conheciam (ou reconheciam). Ademais, a gravidez, presente em quase todos os testemunhos de sedução, tornava inexecutável a ocultação do delito. Uma vez de “pública fama”, a mulher se desqualificava no mercado matrimonial, pois a concepção popular reproduzia o que nota Cervantes: “todo el honor de las mujeres consiste en la opinión buena que dellas se tiene”.<sup>10</sup>

A figura do sedutor identifica-se próxima à família da vítima. Vizinhos ou conhecidos, que se insinuavam na intimidade doméstica, a título de amizade, vizinhança e compadrio, “desonestavam” moças de família. A homogamia das partes envolvidas, depreende-se das próprias circunstâncias do delito, perpetrado, em geral, sob as barbas do pai. Alguns casos de sedução indicam homens de *stands* superiores, situação em que os acusados negam a promessa de casamento, por “sempre ponderarem seus

(9) As pesquisas da historiadora Laima Mesgravis confirmam tais dados: os livros de batismo da Sé registram que a maioria das mães de crianças naturais ou ilegítimas era parda ou negra. (*A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo*, p. 234.

(10) *Don Quixote de la Mancha*, p. 301.

nascimentos e a qualidade de seus pais”, ficando-lhes, portanto, “mal” o consórcio pretendido pelas acusadoras.

Por outro lado, há indícios de que a sedução poderia ser usada como artifício por alguns pais, desejosos de conseguirem consórcios vantajosos para suas filhas. Certos processos deixam adivinhar a conivência paterna na “corrupção” dessas: autorização para que os “réus” frequentassem seus lares, mesmo em suas ausências ou que tivessem a companhia das namoradas ou noivas em visitas a lugares ermos. Os testemunhos revelam que a descoberta do crime pela família ocorria quase concomitantemente a sua prática e que existia uma certa margem de tolerância, durante a qual os pais tentavam a reparação da honra da “desonestada” por vias passavelmente pacíficas. Sedutores ricos tentavam — e por certo muitos o conseguiam — fazer com que os pais concordassem com a situação ilícita de concubinato. É o teor, por exemplo, da queixa-crime de Joaquim Delrio Cardinez, contra Cosme Álvares Freire, seu vizinho e compadre, o qual, após ter-lhe seduzido a filha, “debaixo de promessa de casamento”, teimava em não se casar, “talvez pensando que o Suplicante o deixasse viver no mau caminho”, por “conhecer ser o Suplicante pobre, e não ter modos de o obrigar o que prometido tinha”.<sup>11</sup>

A faixa de tolerância delinea-se em numerosos casos. Anna Rodrigues de Andrade, por exemplo, alega que o fato de não “bolir” com o “devedor de sua honra” há mais tempo” foi o motivo, um por ser sumamente pobre e órfã de pai, para se poder recorrer à Vila de Paranaguá, e outro por não molestar o Réu a que por bem lhe cumprisse a tal promessa.”<sup>12</sup>

Parece fora de dúvida que as ameaças de morte, embora integrando a estratégia da reparação da honra, excepcionalmente se concretizavam. Procedimentos persuasórios menos dramáticos seriam suficientes para reduzir pretendentes arrependidos. Em caso de fracasso nas conversações, para as famílias pobres restariam as compensações materiais. Para as ricas, a vingança de sangue, amiúde anunciada como um perigo de vida corrido pela seduzida, devido à desonra de seus parentes.

Na eventualidade de matrimônios inexecutáveis, os pedidos reportam-se a compensações materiais. De São Paulo, datada de 1748, vem uma queixa-crime de honra e virgindade, na qual a Autora declara ter sido seduzida, há três anos, por Ignácio Xavier Cardoso, clérigo *in minoribus*, sob promessa de casamento. Ao se ordenar este padre, a Suplicante requereu indenização por perdas e danos, inconformada com as quatro dobras que lhe foram oferecidas pelo ex-amante.<sup>13</sup>

(11) Arquivo do Estado de São Paulo, n. da caixa - 339; n. de ordem - 92. (Paranaguá, 1795).

(12) *Processo de esponsais*, entre partes: Miguel Antônio Teixeira (Réu) e Anna Rodrigues de Andrade (Autora). Curitiba, 1779. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, 15-2-34, fls. 13.

(13) Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, doc. não indexado, fls. 11 v. Ms.

As figuras sociais dos sedutores categorizavam-se profissionalmente: eram, com predominância, condutores de tropas, comerciantes e eclesiásticos. Os dois primeiros, talvez como decorrência de suas ocupações, engajavam-se em romances que pretendiam ocasionais. Os clérigos seculares — padres, sacristães e eremitães — através do acesso que tinham ao elemento feminino, acesso vedado aos leigos, encontrariam ocasião para seduzir algumas de suas ovelhas. De tal forma sucederam-se casos dessa espécie, que a confissão chegou a ser vista como perigosa à honra das mulheres. Para evitar mal maior, a legislação eclesiástica estatuiu que os sacerdotes deveriam ouvir confissão em “lugar decente, e patente, especialmente se se trata de mulheres; as quais aliás o Sacerdote não deverá ouvir, fora o caso de necessidades, antes de nascer o sol ou depois dele posto”.<sup>14</sup>

Os arquivos eclesiásticos completam as fontes leigas, informando-nos sobre a existência numerosa de padres que incorformados com a continência sexual imposta pela Igreja, usufruíam de seus ofícios de sacerdote para desencaminhar donzelas, viúvas ou mulheres casadas.

Descontados os possíveis exageros dos boatos populares e levando em conta que os deslizes sexuais cometidos por sacerdotes provocariam maior impacto sobre a opinião pública, não resta dúvida de que houve padres que representavam a figura de lobos no seu rebanho. Papel protagonizado pelo próprio Regente Feijó, segundo acusação contida em autos de divórcio de João Baptista de Mattos e Gertrudes Maria de Moraes. Declara o marido que sua mulher “propendeu para os eclesiásticos”, procurando toda a sorte de desordens com o Padre Albino de Godoy, e, depois de uma confissão geral com o Padre Diogo Antônio Feijó, “propendeu para o dito padre”, abandonando o tálamo e recreando-se pelas casas de ambos os clérigos, numa confessada libertinagem, “não lhe fazendo peso o inaudito escândalo, e nem o mau exemplo e o perigo em que punha as suas filhas; e impedindo-lhe o Embargante o levá-las àquelas casas, no todo perigosas, para logo ateava a sua chamejante ira”.<sup>15</sup>

Clérigos incontinentes não povoavam apenas a terra dos brasis. Por toda a Europa, a Igreja atua para conduzi-los de retorno ao compromisso da castidade. Na visitação realizada por Domingos José de Paredes, em Vila Real (Portugal), em 1795, numerosos sacerdotes são surpreendidos no pecado da luxúria. Um deles, o reverendo Francisco Xavier de Sousa Teixeira, foi culpado por “correspondência lasciva” com

(14) ARAÚJO, Manoel de Monte Rodrigues de — *Compêndio de Theologia Moral*. 3. ed. Rio de Janeiro, impresso na Livr. de Agostinho Freitas Guimarães, 1853, v. II, p. 256.

(15) *Processo de divórcio*, entre partes: João Baptista de Mattos (Réu) e Gertrudes Maria de Moraes (Autora). São Carlos, 1819. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, 15-12-199, fis. 7-7v.

uma sua freguesa e vizinha Maria José, à qual arrumara um matrimônio de ocasião, por medo da visita, porém,

“/.../ ainda depois continuou a correspondência com ela, com grande apego, de sorte que, até muitas vezes, rezava o ofício divino à janela, olhando, de quando em quando, para a mesma cúmplice, que mora defronte dele, e ela, à sua porta, olhando também para ele; e também se tem observado que ela quando está na igreja e ele também, olha sempre para ele, ou quase sempre; e também me constou que indo certos sujeitos visitá-lo à sua casa, o acharam na escada, conversando com ela, e muito contíguos um ao outro”.<sup>16</sup>

A Inquisição, ao lado dos tribunais regulares, colheu, em suas malhas, numerosos sacerdotes “solicitadores” de favores femininos. Vejamos o caso do Padre Luís Álvares de Aguiar, prior da Igreja de São Jorge de Lisboa, julgado em 1726. A acusação maior assacada contra ele era a de, no ato da confissão sacramental, provocar as suas confessadas com ações indecorosas, lançando-lhes um abraço ao pescoço, e às vezes “pela cinta”, por cima do manto, dando-lhes um beijo na testa e palpando-lhes os braços. Ademais, dizia-lhes que amassem a Deus primeiro e em segundo lugar a ele “e que quem não amava a ele, não amava a Deus”. Após negar tais procedimentos, chamado pela segunda vez à Mesa do Santo Ofício, confessou ser verdadeira a denúncia, mas que

“/.../ essas ‘chocarrisses’ eram caminho que lhes mostrava para facilitar a confissão, e que se ele o fizera com segunda tenção, não o faria a homens velhos e velhas, pretos e pretas a quem fazia os mesmos afagos, e que das suas portas adentro tinha ele mulheres quando ele quisesse ser mau sem ofender a Deus na confissão sacramental”.

Explicação pouco convincente: os inquisidores insistiram e o acusado acabou confessando suas culpas, tendo sido considerado suspeito na fé e degradado por dez anos para a cidade da Guarda, suspenso por outros dez do exercício de suas ordens e para sempre de confissão, além de ser proibido, pela vida, de entrar em Lisboa ou em Évora.<sup>17</sup>

Fora de Portugal, o problema persistia, chegando a levar Jean-Louis Flandrin a considerar que no século XVI os maiores inimigos da virtude feminina foram provavelmente os padres.<sup>18</sup>

De retorno ao cotidiano paulista, resta-nos refletir sobre o rapto — de certo modo, a face violenta da sedução. Poderia se tratar de um procedimento pacífico, que deixa entrever mais uma fuga de casal, comportamento rotineiro em nossa história social, ou de acontecimentos

(16) SOUSA, Fernando — Subsídios para a história social do Arcebispado de Braga. A comarca de fila Relá nos fins do século XVIII, p. 34.

(17) Sentença do P. Luis Alvares de Aguiar, prior que foi da Igreja de São Jorge de Lisboa. Ano de 1726. Biblioteca Pública do Arquivo Distrital de Évora, Ms.

(18) *Les amours paysannes (XVI<sup>e</sup> - XIX<sup>e</sup> siècle)*, p. 210.

marcados pela violência. Nesse último setor, inscreve-se a petição de Rosa dos Santos: aproveitando-se da ausência de seu progenitor, o acusado penetrara em sua casa e a arrastara, de nada valendo os seus gritos, devido à ameaça de morte com que fora submetida.<sup>19</sup>

Nos raptos registrados, as moças foram devolvidas aos pais, apesar das intenções manifestadas por muitos dos raptadores de realizarem as núpcias de honra. É provável que o grosso dessas transgressões fosse absorvido pela família, solucionando-se pelo matrimônio, sem a intervenção das autoridades, o que explicaria a ausência de mais documentos de tal espécie em nossos arquivos históricos.

Os casos conservados e as alusões tangenciais ao fenômeno do raptado, permitem-nos acreditar que “o furto (ou roubo) de mulheres” constituía prática incorporada aos padrões culturais da época. Os desdobramentos subversivos a tais padrões é que ordenariam a intervenção das autoridades, a pedido da parte lesada. A moça era então reconduzida para a família e o raptor trancafiado na cadeia. A solução desejada era o matrimônio, e não parece que impulsos irredutíveis de vingança determinassem o derramamento de sangue, para a reparação da honra.

A própria raptada não faz a figura da vingadora. Se requer a prisão do responsável pelo delito, assim o faz a fim de que se cumpra a “obrigação da virgindade”. É o que deixa claro o requerimento de Anna Caetana da Silva, dirigido ao Capitão-General de São Paulo, no qual diz que é preciso que seja negada a relaxação da prisão, solicitada pelo seu raptor, pois temia que, se conseguisse a liberdade, não repararia o dano que lhe causara.<sup>20</sup>

---

(19) Queixa-crime de honra e virgindade, apresentada por Rosa dos Santos, de Curitiba, em 1748. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Doc. não indexado. Ms.  
 (20) Petição de Anna Caetana da Silva. Arquivo do Estado de São Paulo, caixa n. 92, n. de ordem 3, requerimento n. 33. Ms.

## A CRIAÇÃO DE GADO NA REGIÃO DA FRANCA, EM 1830

José Geraldo Evangelista

Foi a partir de 1795 que as listas de moradores de Mogi Mirim (1) acusaram a existência de uma "Povoação nova entre as três Capitanias 12 léguas da Estrada Rio Grande assima", indicando a chegada de mineiros, provenientes da Comarca do Rio das Mortes, ao velho Caminho de Goiás, fundando um povoado, que seria depois a Vila Franca do Imperador.

Embora o caminho fosse conhecido, a região era praticamente despovoada, pois em 1783 havia somente 18 fogos, com 260 moradores, desde o Rio Pardo até o Rio Grande, que eram remanescentes do bandeirismo das minas de Goiás e deviam viver aquela situação de exaustão e penúria, porque passou a Capitania de São Paulo, na segunda metade do século XVIII, em que os habitantes, mamelucos, retomaram muitos dos hábitos indígenas. Realmente, nas listas de moradores declara-se de muitos deles que "he pobre, não tem nada", "vive da roça para comer", "vive de pescar".

Já os mineiros, que começavam a chegar, estavam muito longe da miséria dos velhos paulistas. Eram famílias patriarcais, com muitos filhos, muitos agregados e escravaria numerosa: "plantou 2 alqueires de milho e colheu 400 alqueires; de meio alqueire de feijão colheu 15 alqueires; marcou 3 animais vacum", como Inácio Gonçalves Barbosa, em 1805; ou "plantou para o seu gasto 5 alqueires (milho), colheu 6 carros, que consumiu: plantou 1 alqueire de feijão, colheu 8 alqueires, que gastou; 1 quarta de arroz, colheu 5 alqueires; engordou 12 capados, vendeu a 2 a 2.000, que importaram 4.000", como o Sargento José Garcia Leal, 1814. Quando ainda não apresentavam produção era porque "he novo, entrante", não tinham organizado ainda suas propriedades.

Dáí, o crescimento rápido dos moradores da Franca, que sendo 856, em 1805, ano da criação da Freguesia e nomeação do Vigário, passaram a ser 1834 em 1810, 1970, em 1814, 2.252, em 1818, para atingir 2.968, em 1820.

Também antigos pousos e povoados, em consequência desta entrada de mineiros, foram elevados a freguesias e vilas, como Caconde (em 1775), Casa Branca e Batatais (em 1814), Carmo, depois Ituverava (Capela em 1818).

Instalada a Vila Franca do Imperador, a 28 de novembro de 1824, organizou prontamente seus livros de escrituração municipal, entre eles o de "Assentamento dos Gados" (2), destinado a registrar o ferro de marcar o gado dos seus munícipes, que provinham de uma região que se limitava ao sul com Mogi Mirim (vila desde 1769), a leste e ao norte com a Província de Minas Gerais (onde havia as vilas de São Carlos do Jacuí, o Arraial do Desemboque, em terras da atual Sacramento e o primitivo Arraial da Farinha Podre, depois Vila de Uberaba) e ao oeste com o sertão, onde só existiam a Freguesia de São Bento de Araraquara e o Arraial de Jaboticabal.

Estes "entrantes" já se dedicavam à criação, na sua região de origem, onde existiam condições geográficas favoráveis (3) mas cuja ocupação estava próxima da saturação, pelo aumento contínuo do rebanho.

O gado bovino, que traziam consigo, era proveniente daquelas boiadas introduzidas por Garcia D'Ávila, na Bahia, que subiram o Rio São Francisco e chegaram às suas cabeceiras, mais tarde chamado de gado "franqueiro", "junqueiro" ou "curraleiro", que foi cruzado, segundo ofício da Câmara Municipal da Franca, "com raças diversas, como o gado tourino, china e o gado de chifres grandes denominado crioulo" (4).

A importância da região é revelada pelo número de criadores, que foram registrar seu ferro e que alcançou a 711, desde 1825 a 1836 (688, em 1829), dizendo possuir 37.768 bovinos, com média de 50 cabeças por criador, número que seria menor se excluíssemos os 34 criadores, que declararam possuir mais de 200 animais.

Estes 37.768 bovinos discordam inteiramente daqueles 1.817, que o Marechal Muller registra em seu quadro estatístico, em 1837 (5). Aliás, superior ao do total da Província, que Muller dá como sendo de 35.576, com mais da metade em Castro e Curitiba.

Assim, o "Livro de Assentamento dos Gados" demonstra que na primeira metade do séc. XIX, existia, ao lado da região cafeeira do Vale do Paraíba e da açucareira da Depressão Periférica, uma outra área de características nítidas, que ficou desconhecida até agora (6).

Com um número tão grande de criadores, pode-se pensar que a criação seria mais ou menos intensiva, com aproveitamento do leite, pastos cercados e o rebanho assistido diretamente pelo proprietário, numa repetição da paisagem sul-mineira (7).

O gado encontrou facilidades que explicam o sucesso de sua criação: pastagens naturais — o "capim mimoso" ou o cerrado, facilmente aberto a fogo — um planalto alteado a 1.000m, sem grandes calores e condensando chuvas (8), possibilidade de obtenção de sal na Vila de São Carlos (depois, Campinas), por estrada que permitia o trânsito de carros e livre de ataques de índios.

Ao lado dos que tinham menos de 50 cabeças, existiam também grandes criadores, como os Faleiros, na Fazenda Boa Vista, com 1.800 animais, os Alves de Figueiredo, na Alagoas, com mais de 800, os Alves Moreira, na São Pedro, com mais de 1.000, os Gomes Pinheiro, na Cachoeira, com mais de 1.600, os Arantes, nas Macaúbas, com mais de 1.500, os Salgueiros, na Paciência, com mais de 1.200, os Junqueiras, na Invernada, com mais de 1.900, os Pereira Lima, na Rio Pardo, com mais de 1.300.

Tinham os criadores como centro a Vila Franca. Já em 1813, o quadro de ocupações, que acompanhou a Lista de Moradores, registrava dois membros do clero, 4 mercadores, 3 sapateiros, 4 alfaiates, 4 ferreiros, 7 jornaleiros, 1 taberneiro, 15 carpinteiros, 1 louceiro e 2 ourives, além de 204 agricultores, 451 pobres e 700 escravos.

Em 1830, era um centro de importância, talvez a primeira “capital regional” do interior paulista, legítima “boca de sertão”. O seu “Livro de Registro de Licenças de Comerciantes” (9) inscreveu 55 negociantes, naquele ano, total que subiu para 92, em 1834, a que devem ser acrescidos os 105 profissionais de artes e ofícios, de que nos conta o Marechal Muller. Para uma população urbana de 885 fogos, estes comerciantes e artífices seriam numerosos demais mas explicados facilmente pela enorme região que servia, próxima, o seu próprio município e distante — Triângulo Mineiro, sul de Goiás, sudoeste mineiro e sul de Mato Grosso.

No município, o comércio dos arraiais consistia em 11 negociantes na Capela do Carmo, 9 na Cana Verde e 12 em Cajuru. As ligações com a vila-mãe eram muito fortes, havendo comerciantes que abriam casa na Vila e outras nos arraiais. Na Vila existiam “casas de comissões”, como diz o “Livro de Registro de Comerciantes”, que eram verdadeiros atacadistas, abastecendo as filiais. É a razão da existência das 665 éguas, que aparecem no “Livro de Assentamento dos Gados”, libertando comerciantes e criadores da dependência exclusiva da feira de Sorocaba e serviriam não só para o transporte no município, como para substituição nas tropas, que transitavam para Goiás, Mato Grosso, São Paulo e Rio de Janeiro.

O aproveitamento do rebanho pode ser percebido pelas licenças concedidas aos comerciantes para “talhar carne verde e charquear”, apesar das imperfeições do registro no livro próprio, bastando dizer que não consta nenhuma licença em 1837, sequer para os marchantes da Vila. Todavia, de 1832 a 1842, com exceção de 1837, as charqueadas sempre pagaram o imposto correspondente, embora o seu número tenha variado, sendo somente uma em 1833, 1834 e 1842, duas em 1832, 1840 e 1842, três em 1836 e cinco em 1835, 1838 e 1839.

É uma pena que só tenhamos consultado os registros até 1842 e assim não sabemos até quando foi a atividade dos charqueadores, como

também não sabemos qual a produção de carne seca, “solas” e couros. As atas da Câmara Municipal também nada dizem a respeito. O Prof. Alfredo Henrique Costa cita, porém, o Código de Posturas do município, de 1831, que taxava, entre outros, as “solas” e os couros providos de Minas Gerais e as oficinas de sapateiros, seleiros e as “fábricas de cortume” (10). O “Livro de Registro de Licenças de Comerciantes”, porém, não registra nenhum. Que havia sapateiros em grande número não há dúvidas e Raul de Andrada e Silva constatou na “Tabela do Termo da Vila Franca do Imperador” a existência de 30 “oficiais mecânicos” deste ofício (11).

Até esta primeira metade do séc. XIX, nada mais foi encontrado, por enquanto, que mostrasse a continuidade do artesanato ligado ao couro e que pudesse filiá-lo, diretamente, ao maior centro nacional de calçados, em que Franca se transformou um século depois.

Acreditamos que este hiato cronológico se deva à lenta chegada da cultura do café, pois se o relatório enviado pela Câmara Municipal ao governo provincial, em 1854, afirma que “a criação de gado é a principal indústria, não chegando assim mesmo para a procura”, diz também que “a produção (de café) se tem aumentado consideravelmente de três anos a esta parte, e já se exporta algum, prometendo grande incremento” (12), o que é reforçado no relatório de 1856, de que “ocupa lugar de destaque o café, cujo arbusto de 2 anos verga ao peso do fruto de qualidade superior” (13).

O choque entre a criação de gado e a cultura do café estendeu-se até a penúltima década do século passado e a própria Câmara Municipal da Franca é quem o revela, dizendo que o desenvolvimento da lavoura cafeeira foi feito “apesar dos hábitos e rotinas do país, tais como: a dificuldade dos fechos, a necessidade de repetidas capinas nos primeiros anos, a necessidade de cada um produzir produtos de subsistência que não encontram a venda, as grandes distâncias” (14).

A vida dos criadores de gado era de grande austeridade, quer pela rusticidade da época e do lugar, quer pelas origens mineiras de cada família. Um sociólogo eminente afirma que “os elementos que formam ali (em Minas Gerais) a base histórica da população não são fidalgos de raça mas sadios e fortes campônios do Douro, do Minho e das Beiras, sérios, sóbrios, honrados, de feitura patriarcal e índole pacifista e tão pobres que, no dizer de um cronista, “traziam às costas tudo que possuíam”... Pela pureza dos seus costumes, pela sua modéstia, pela sua hospedeira bonomia, pela sua imaculada honradez, são os genuínos patriarcas de nossa civilização. Gente democrática por temperamento... modestos, íntegros, lhanos, inteiramente sem arrogância mas cheios de hombridade e independência” (15).

Assim, é preciso ler com cautela as observações de D’Alincourt, de que Franca era um local de couro e homfio e que sua

fama era má, “por causa dos facinorosos que, em grande número, a habitam” (16). Parece que o viajante tomou as exceções como regra. Mesmo que os criminosos fossem muitos, isto só ocorreu até a elevação do povoado à vila. Mesmo o episódio da “Anselmada” — as três invasões armadas da Vila — não pode ser visto com a ótica de D’Alincourt, pois as suas motivações foram políticas (17).

Também o saudoso Aluísio de Almeida nos dá um quadro vívido da existência dos criadores, no começo do século: “plantação de milho, com a qual criavam os porcos e faziam farinha (e o feijão sempre plantado entre as filas de milho). Tinham, pois, no toucinho e na farinha a base de sua dieta, herdada dos paulistas. Os mais ricos montam engenhos de açúcar ou de aguardente. Perto da mata há campos em grande extensão para criar, fora do estábulo, o gado vacum. Do queijo e da venda dos suínos, vivos ou reduzidos a toucinho, tiram o necessário para a compra das fazendas de mar em fora, principalmente o sal e o ferro, pois que o algodão arbóreo dá até três anos no quintal, para os teares manuais, enquanto a lã dos carneiros fornece a coberta. Não há muita ambição de ouro, ao que parece, pois todas as posses estão na terra e no gado; os escravos são poucos, a vida social pouco dispendiosa” (18).

Esta frugalidade de novos espartanos nem sempre era entendida por viajantes. Pois Saint-Hilaire não disse da fazenda de um, onde se hospedara, que “sua casa de residência era tão imunda, quanto a em que eu, na véspera, havia passado a noite”? (19). E o Visconde de Taunay não preferiu dizer que “bonitas palmeiras ornavam o terreiro” da Fazenda da Alegria, do Ten. Diogo Garcia de Figueiredo, para não descrever, talvez o seu modestíssimo interior”? (20).

Foi, porém, esta simplicidade de costumes, reforçada pela democratização geral, nascida da atividade pastoril, que nivelava todos — patrões filhos, parentes, agregados, peões e até escravos — pelas jornadas em comum, os pernoites em céu aberto, a mesma alimentação, as mesmas habilidades, as mesmas alegrias ingênuas, que tornou menos difícil a expansão dos rebanhos para as terras favoráveis ao gado, que fossem devolutas, no sul de Mato Grosso.

Penetrando a província longínqua, por Santana do Paranaíba, foram atingir os campos da Vacaria e do Pantanal, como mostra Nelson Werneck Sodré (21). Dos 70 pioneiros apontados por ele, encontramos 14 no “Livro de Assentamento dos Gados” e outros tantos pudemos identificar pelo patronímico (22). Alguns, à época da expansão, não poderiam ter registrado seus ferros de marcar, por serem adolescentes, nascidos nas fazendas da região (23).

Constituindo famílias numerosas, casando-se entre si, os Garcia Leal, os Gonçalves Barbosa, os Lopes, os Pereira, formaram clãs poderosos,

que assentaram as bases atuais da pecuária do sul de Mato Grosso. Abrindo fazendas, batendo caminhos, erguendo capelas, tais criadores fundaram ou desenvolveram quase todas as cidades daquela região, a partir de Santana do Paranaíba — Nioac, Entre Rios, Aquidauana, Campo Grande, Maracaju — precedendo de muito a chegada de gaúchos.

Acreditamos que, depois deste estudo do “Livro de Assentamento dos Gados”, a região de criação da Franca seja vista com a importância que merece, colocando-se no panorama econômico paulista ao lado do Vale do Paranaíba cafeeiro e do Quadrilátero do Açúcar, na primeira metade do séc. XIX.

#### BIBLIOGRAFIA E NOTAS

- 1) População de Mogi Mirim, caixa 116 e seg., Departamento de Arquivo do Estado.
- 2) “Livro de Assentamento dos Gados”, cód. 973, Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”, de Franca.
- 3) Prado Jr., Caio, “Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia”, Ed. Brasiliense Ltda, São Paulo, 4ª ed., 1953, pg. 193.
- 4) Ofício de 14-01-1871, Ofícios Diversos da Franca, Dep. Arquivo do Estado.
- 5) Muller, Marechal Daniel Pedro, “Ensaio d’um Quadro Estatístico da Província de São Paulo”, reed. lit. de “O ESTADO DE S. PAULO”.
- 6) Desconhecida, por exemplo, por Ernani da Silva Bruno, “Povoamento de São Paulo” e Alice P. Canabrava, “Esboço da História Econômica de São Paulo”, ambos in “São Paulo – terra e povo”, ed. Globo, 1967, para só lembrar dois dos maiores historiadores paulistas.
- 7) Prado Jr., Caio, op. cit., pg. 245.
- 8) Setzer, José, “A distribuição normal das chuvas no Estado de São Paulo”, in Rev. Bras. de Geografia, VIII, 1, pg. 28.
- 9) “Livro de Registro de Licenças de Comerciantes”, cód. 945, Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”, de Franca.
- 10) Costa, Alfredo Henrique, “Introdução ao estudo da história da indústria de calçado de Franca: suas bases artesanais e o impacto tecnológico”, in Anais do III Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, Franca, 1967, pg. 579.
- 11) Silva, Raul de Andrada e, Intervenção à Comunicação do Prof. Alfredo Henrique da Costa, op. cit., pg. 591.
- 12) Ofício de 12-01-1854, Ofícios Diversos da Franca, Caixa 222, Dep. Arquivo do Estado.
- 13) Ofício de 31-12-1856, Ofícios Diversos da Franca, Caixa 228, Dep. Arquivo do Estado.
- 14) Ofício de 31-12-1856, cit.
- 15) Viana, F. J. de Oliveira, “Populações Meridionais do Brasil”, Liv. José Olímpio Ed., Rio, 1952, 1ª vol., pg. 77.
- 16) D’Alincourt, Luis, “Memória sobre a viagem do porto de Santos à Cuiabá”, Rio, 1830, pg. 71.

- 17) Bourroul, Estevam Leão, "Episódios da Anselmada", in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. XVIII, 1913, 2ª ed., 1942, pg. 213.
- 18) Almeida, Aluisio de, "Mineiros vieram abrir fazendas e engenhos em terras paulistas", in "O ESTADO DE S. PAULO", 26-02-1964.
- 19) Saint-Hilaire, A., "Viagem pela Província de São Paulo", Liv. Martins Ed. São Paulo, 2ª ed., pg. 115.
- 20) Taunay, Visconde de, "A Marcha das Forças", ed. Melhoramentos, pg. 41.
- 21) Sodré, Nelson Werneck de, "Oeste – Ensaio sobre a grande propriedade pastoril", Liv. José Olímpio Ed., Rio, 1941, pg. 62.
- 22) O Cap. Januário de Souza, um dos pioneiros, foi vereador e juiz de paz na Franca.
- 23) Dona Senhorinha, por exemplo, a mulher do Guia Lopes, da Retirada da Laguna, filha de Antonio Gonçalves Barbosa, foi batizada a 22-03-1822, na Matriz da Franca.

## O PARAÍSO TERRESTRE

João Ribeiro Júnior

A palavra "paraíso" é persa (*pairi-daeza*) e propriamente significa "jardim de delícias", como o que embelezava o palácio dos reis da Pérsia. Seu uso se estendeu por toda a Europa através da antiga versão da Bíblia (a dos Setenta), na qual se empregou a palavra "paraíso" como tradução do hebraico "jardim do Éden".

Mas existiu realmente o paraíso terrestre da Bíblia? E na afirmativa, onde estava situado?

O conceito de um jardim encantado é universal. A mais antiga referência do mesmo encontra-se na literatura dos sumérios da Mesopotâmia, datando do segundo milênio A.C. Ali está localizado em um lugar chamado Dilmun, que eruditos identificam com a ilha Bahrein, no Golfo Pérsico.

O Gênesis (2,8-16) depois de contar a criação do homem, descreve o lugar em que esse primeiro homem foi colocado pelo Criador: "Iahweh Deus plantou um jardim em Éden, no oriente e aí colocou o homem que modelara. Iahweh Deus fez crescer do solo toda espécie de árvores formosas de ver e boas de comer, e a árvore da vida no meio do jardim, e a árvore do conhecimento do bem e do mal. Um rio saía do Éden para regar o jardim e de lá se dividia para formar quatro braços. O primeiro chama-se Fison, rodeia todo o país de Hévilla, onde há ouro; é puro o ouro desse país no qual se encontra o bdélio e a pedra de ônix. O segundo rio chama-se Geon: rodeia todo o país de Cuch. O terceiro rio se chama Tigre: corre pelo oriente da Assíria. O quarto rio é o Eufrates. Iahweh Deus tomou o homem e o colocou no jardim do Éden para o cultivar e o guardar." (Cf. A Bíblia de Jerusalém).

Vejamos se as cartas geográficas podem proporcionar a solução do problema. Qual é, porém, o mapa que acusa o nome do país de Hévilla? Seria uma região da Arábia? E qual o que indica os rios Geon e Fison? O mais que se pode admitir é que sejam nomes obsoletos, sobre os quais se haja desdobrado, com o correr dos séculos, a obliteração e o esquecimento. Resta, portanto, apenas como recurso o campo das conjecturas prováveis acerca de qual será, modernamente, o país e quais os rios a que nos tempos passados pertenceram semelhante denominações.

O Tigre e o Eufrates, a primeira vista, parecem não apresentar problemas, uma vez que conhecemos suas localizações geográficas, mas como conciliar esse conhecimento, quando sabemos que estes rios estão na Mesopotâmia (hoje Iraque) e o Geon “rodeia todo o país de Cuch”, que seria a Etiópia, na África?

Eis o que até hoje constitui uma dificuldade insuperável, de encontro à qual se tem constantemente quebrado a boa vontade dos comentadores, porquanto não há sistema nenhum, dos arquitetados para explicar tal passagem bíblica, nenhum que logre escapar aos reparos de uma crítica conscienciosa, nenhum que deixe de chegar a uma série de conclusões ridículas e absurdas. Os comentadores, descartando o problema, preferem dizer que “não é seguro que esses dois nomes (Fison e Geon) devam ser tomados aqui em seu sentido habitual.”

Alguns exegetas pretendem sair da dificuldade professando a opinião de que o país de Cuch, citado pelo texto hebraico do **Gênesis**, e interpretando como país da Etiópia, não deve ser tomado exclusivamente pela moderna Abissínia, nem por país algum da África, mas correspondente, genericamente, a uma vastíssima região em que se acha compreendida a parte meridional da Arábia. À luz, porém, de uma crítica exigente, este alvitre não resolve ainda a dificuldade do caso.

Outros, prescindindo de discutir a questão da Etiópia, tratam simplesmente de encarar o texto do **Gênesis** 2,10: “Um rio saía do Éden para regar o jardim e de lá se dividia para formar quatro braços”, para colocar o paraíso terrestre nas margens do Shatt-Al-Arab, rio que formado pela união do Tigre e Eufrates, vai lançar suas águas no Golfo Pérsico por duas embocaduras. Assim, os “quatro braços” citados no texto bíblico seriam o Eufrates e o Tigre (ainda hoje assim denominados) com os dois canais, através do qual, o Shatt-Al-Arab desemboca no Golfo Pérsico, e aos quais teriam outrora pertencido as designações bíblicas de Fison e Geon. (É de se notar que o comediógrafo Aristófanes, nos **Os Pássaros**”, 144 e segts, onde ataca as utopias políticas e sociais, menciona “uma cidade paradisíaca junto ao mar vermelho”, ou seja (para os gregos), o Golfo Pérsico).

Outros, ainda, buscam salvar a dificuldade, abandonando o sentido literal das palavras e atribuindo-lhes um valor fictício, isto é, pretendendo que o termo hebraico **nahar** (rio) deve interpretar-se como simplesmente designativo de uma porção de água considerável. Apoiados nesse argumento, encostando-se no princípio de que o curso dos rios e a situação das grandes massas de água devem ter mudado com o decorrer dos séculos, e aceitando como ponto de partida a verossímil hipótese de uma comunicação entre o Mar Cáspio e o Mar Negro, estes pesquisadores não hesitam em localizar os quatro rios bíblicos no Petchora e no Irtisch, no Dwina e no Volga. Segundo esta maneira de ver, corresponderia o Paraíso

Terrestre a uma vasta região abrangida por parte da atual Rússia Européia e parte da Sibéria.

Há os que entendem que o nome do rio Fison é Pison, braço oriental que deixava o Nilo na região do Templo On, onde descrevia uma curva e tornava em direção à Arábia, sendo que onde está o mar Vermelho era o seu antigo leito. Explicam que a palavra **Pison** é composta de **Pi** (casa) e **On**, nome do local onde estava situado um templo egípcio: Heliópolis, uma das primeiras cidades do Egito, centro do culto do maior deus do panteão do Antigo Império: Rá (o Sol).

Outros intérpretes colocam o Paraíso Terrestre, ora nas regiões aquém ou além dos Ganges, na Índia, ora nas regiões inter-tropicais da África Oriental. Há mesmo quem se inclina a localizá-lo na Lemuria. Um vasto continente que durante o período terciário deveria ter existido ocupando o largo espaço onde hoje se alastram, ao sul da Índia, as águas do Oceano desde o arquipélago de Sonda até a Costa Oriental da África. (É possível que a Lemuria, como o continente chamado Mu, tenham existido, uma vez que os terremotos, as inundações e as erupções vulcânicas alteraram várias vezes a superfície da Terra).

Seja como for, há cerca de oitenta hipóteses relativas à localização do Paraíso Terrestre. As duas que mais se aproximam, geograficamente, do relato bíblico são a de Albert Hermann, que pensava encontrá-lo no Hadra Maut árabe, país dos boswellier (árvores do incenso), e a do inglês William Willcox, para quem o Paraíso Terrestre estendia-se a norte da região onde o Tigre e o Eufrates tendem a reunir-se, não muito longe de duas aglomerações de Hit e de Anah, a noroeste de Bagdá.

A verdade é que nunca se saberá exatamente o que o autor da narração bíblica quis indicar ao falar dos quatro rios do Paraíso Terrestre, e assim, jamais iremos localizá-lo.

De qualquer modo, o “Jardim do Éden” não é apenas a meta dos sonhos e das esperanças dos homens, como é também a fonte da fertilidade da terra, sem o qual esta deixaria de existir; pelo menos é o que dizem todas as mitologias.

## REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Albuquerque, Mário Marcondes – *Contestado: distorções e controvérsias*. Curitiba, Lítero-Técnica, 1987. 100p. (“Estante Paranista”, 30).

Apresenta-se este novo volume da preciosa “Estante Paranista”, magnífica realização do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, já com trinta volumes publicados, não com o objetivo de relatar “uma cronologia dos fatos históricos da chamada **Guerra do Contestado**, amplamente conhecidos em todas as suas minúcias, mas o de clarificar os motivos não muito patrióticos de pessoas que enveredam pelos caminhos do sensacionalismo, com visões unilaterais dos episódios, como também a verdadeira ação dos que estiveram envolvidos nesse drama que enlutou os dois Estados, Paraná e Santa Catarina”. Julgamos oportuno transcrever trecho das palavras que o General Luiz Carlos Pereira Tourinho, presidente do Instituto Histórico Paranaense, escreveu apresentando o presente volume: “A partir de quando nasci, 1913, sempre ouvi contar a Guerra do Contestado como rebelião de caráter messiânico promovida por falsos monges que andariavam nos primitivos caminhos do ínvio sertão compreendido entre os cortes dos rios Iguaçu e Uruguai, situado ao poente da escarpa da Serra Geral. Porém, de anos para cá, inteligentes sociólogos e os historiadores propõem-nos outra tese. Rebelião de caráter social dos caboclos que habitavam a região contra os fazendeiros latifundiários e pobreza generalizada. Não temos a presunção de, nesta modesta apresentação, dirimir as dúvidas. Que os historiadores continuem a discutir, pesquisar, esclarecer. Não aceitamos, porém, que paralelamente se inicie um movimento de glorificação das hordas que queimaram cidades e trucidaram populações indefesas, em atos de selvageria dificilmente encontrados nas nossas lutas internas. A outro lado, denigre-se a tropa federal que interveio no conflito por determinação das autoridades superiores. É natural que esse movimento de descrédito de Exército Nacional e glorificação em praça pública dos fanáticos, sofresse imediata repulsa da parte de tradicionais famílias da antiga região contestada”. O livro em pauta foi elaborado com a intenção de atender, em parte, ao que foi reclamado pelo ilustre presidente do sodalício paranaense: “Revoltado com o procedimento das autoridades de Curitiba, que comemoraram com obelisco e placa o aniversário do incêndio e saque da vila pelos fanáticos, traduziu seu ponto de vista de homem

culto e sem preconceitos” neste volume que vem de ser publicado. ONM (Cortesia do Inst. Hist. Paranaense).

Capítulos de História da Paraíba. Coordenação de José Octávio de Arruda Mello, Evandro Nóbrega, Wellington Aguiar e Gonzaga Rodrigues. Edição do Governo do Estado da Paraíba, João Pessoa, 1987. 660p.

O transcurso do quarto centenário da Paraíba ensejou a publicação de numerosos livros de grande interesse para o conhecimento daquele Estado e mesmo do Nordeste em geral. Tomamos conhecimento dessas esplêndidas realizações culturais graças ao prezado amigo e colega José Octavio de Arruda Mello, que, gentilmente, nos enviou alguns dos volumes então editados. O que nos apraz aqui registrar reveste-se de um significado especial. Coordenado por José Octavio, Evandro Nóbrega, Wellington Aguiar e Gonzaga Rodrigues, oferece-nos num belo tomo de mais de seiscentas páginas um painel pode-se dizer completo da história paraibana. Mais de cem colaborações, assinadas por quase igual número de colaboradores, abordam os mais diversos aspectos da vida administrativa, política, econômica, social e cultural da terra paraibana. Exemplo de livro que gostaríamos pudesse existir um para Estado do Brasil. Os paraibanos fizeram-no. Por que não poderão fazer similares para seus respectivos Estados? ONM (Cortesia de José Octávio).

Corrêa Filho, Virgílio – Leverger, o bretão cuiabanizado. Apres. de Lenine C. Povoas. Cuiabá, Fundação Cultural de Mato Grosso, 1979. 98p.

Trata-se, cremos, da primeira tiragem em livro do importante trabalho do geógrafo e historiador matogrossense, de quem nos ocupamos em nosso número anterior, a propósito do transcurso de seu centenário. Augusto Leverger, francês que se radicou em nosso país, ao qual prestou relevantes serviços na marinha e na administração pública, viveu a maior parte de sua vida em Mato Grosso. Integrou-se de tal modo à vida cuiabana, ali constituindo família e exercendo por várias vezes o governo da província matogrossense, que Corrêa Filho não teve dúvida em apelidá-lo de “Bretão Cuiabanizado”. Seu trabalho foi primeiramente publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, em 1929 e, posteriormente, nos Anais do Terceiro Congresso da História Nacional, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1938. Quase metade deste trabalho foi anexado por Afonso de Taunay à biografia de Leverger que seu pai, o Visconde de Taunay, publicou em fins do século passado e foi reeditada em 1932. Não tendo sido encontrada a parte final do trabalho elaborado pelo Visconde de Taunay, foi o

volume, na sua segunda edição, e com a devida anuência do autor, complementado com os capítulos correspondentes deste importante estudo de Virgílio Corrêa Filho. ONM (Cortesia do Dr. Luiz Philippe Pereira Leite, de Cuiabá, MT).

Demoner, Sônia Maria – Carlos Xavier Paes Barreto na vida administrativa e cultural do Estado do Espírito Santo. Vitória, 1987. 108p.

Resultou o presente volume de um concurso, a que concorreu a autora, promovido pela Academia Espírito-Santense de Letras, visando ao estudo da personalidade de Carlos Xavier Paes Barreto, ilustre administrador e homem público, nascido em Pernambuco, mas que se radicou no Espírito Santo, para onde veio em 1908 a convite de Jerônimo Monteiro, então presidente do Estado. Iniciando sua carreira como promotor na comarca de Afonso Cláudio, transferiu-se pouco depois para Vitória e na capital desenvolveu importantes atividades administrativas e culturais. A autora acompanha a vida de seu biografado em suas fases mais importantes. Além do desempenho de cargos públicos, Carlos Xavier foi também professor da Escola Normal, devendo-se-lhe, ainda, entre outras iniciativas, a fundação da Faculdade de Direito e do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Trabalho bastante documentado, a demonstrar zelo, discernimento e fundamentação na pesquisa, fazendo jus ao que, da autora, observou o apresentador do volume: “é uma estudiosa das coisas de nosso Estado, figura destacada em nossas letras e pesquisadora de alto nível”. Pertence ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e é diretora do Museu da Imagem e do Som. Apraz-nos recordar que, há algum tempo, esta publicação já teve oportunidade de registrar outro trabalho da professora capixaba, resultante, também, de vitória em concurso: a **História da Polícia Militar do Espírito Santo** (nº 119, jul./set. 1985). ONM (Cortesia da autora).

Harter, Eugene C. – A colônia perdida da Confederação: a imigração norte-americana para o Brasil após a Guerra da Secessão. Trad. Wilma Ronald de Carvalho. Rio de Janeiro, Nórdica, 1987. 168p.

Amargurados pela dura derrota da causa confederada, e incentivados pelo Imperador D. Pedro II, milhares de sulistas americanos abandonaram os Estados Unidos logo após o término da Guerra Civil e vieram para o Brasil. A maioria se concentrou no Estado de São Paulo, nas proximidades de Campinas, onde acabaram fundando a **Vila Americana**, hoje cidade de Americana, que se tornou com o tempo um dos grandes centros industriais do Estado. Muitos outros

localizaram-se em diversas regiões do país: Vale do Ribeira, Rio de Janeiro, Espírito Santo e até na Amazônia. Há uma bibliografia bastante grande sobre o tema, inclusive livros escritos na época, por americanos, e que nunca foram divulgados em nossa língua. Entre nós, têm se ocupado do assunto Judith McKnight Jones, Frank Goldman e José Arthur Rios. A estes, vem juntar-se agora Eugene C. Carter, com o livro que aqui se registra. Nascido no Rio de Janeiro, mas descendendo de imigrantes confederados, dedicou-se ao jornalismo, entrando, depois, para o serviço diplomático, tendo sido cônsul dos Estados Unidos em São Paulo. Seu livro dá ênfase à contribuição dos confederados à cultura e à civilização material do Brasil, com destaque especial para a cidade de Americana. Excelente bibliografia, brasileira e americana, fundamenta o livro. ONM (Cortesia de Lycurgo C. Santos Filho).

Janotti, Maria de Lourdes M. — A Balaiada. São Paulo, Brasiliense, 1987. 74p. (Col. "Tudo é História", 117).

Merece leitura atenta este pequeno livro, especialmente por parte daqueles que se habituaram a julgar de maneira muito simplista não apenas a "Balaiada", mas todos os movimentos sediciosos ocorridos no Brasil, durante a Regência. Aliás, esta visão simplista vem sendo transmitida pelos próprios manuais de História. A Professora Janotti dá do movimento maranhense uma visão não apenas diferente, mas profunda no sentido de enquadrá-lo no contexto de nossa história social, política e econômica. O leitor lamenta que a autora tenha sido tão breve na sua exposição. Mas, é preciso não esquecer que ela teve de ater-se ao espírito da coleção e, sobretudo, às suas dimensões. ONM (Cortesia da editora).

José, Oiliam — Tiradentes (2ª edição). Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Editora da Univ. de São Paulo, 1985. 240p. (Col. "Reconquista do Brasil", nova série, v. 89).

Esta obra traz a marca da serenidade. "O autor procurou realizar cuidadosas pesquisas sobre a figura do líder da Conjuração Mineira e, depois de avaliar-lhe, com senso de medida, os mais diversos aspectos, apresentou um Tiradentes real, plenamente situado, com sua inquietude e seu heroísmo, dentro das linhas de admirável autenticidade histórica. Um Tiradentes, portanto, distante dos elogios vulgares, como também superior aos ataques com que, em vão, esforçam-se para denegrir-lo os que ignoram a sua verdadeira fisionomia. O autor buscou efetivar segura análise da vida e da obra de quem mais se distinguiu na Revolução Mineira de 1789. Para isso, pôs no trabalho realismo, equilíbrio, espírito crítico. Fez dessa

biografia uma avaliação global daquilo que o Alferes foi como homem e como revolucionário”. Este conceito, colocado à “orelha” do volume, diz melhor que qualquer outra coisa que pudéssemos escrever sobre o espírito do livro do historiador mineiro. Oíliam José é senhor duma alentada bibliografia na qual se inserem títulos de interesse para a história social, econômica, política e cultural das Gerais. O autor, modestamente, diz no prefácio, que seu livro sente-se honrado por, nesta nova edição, ser incluído na preciosa coleção “Reconquista do Brasil”. É preciso notar, contudo, que a prestigiosa coleção também deve sentir-se honrada em acolher livro de tal mérito. ONM (Cortesia do autor).

Liberalesso, Ettore – Salto: história, vida e tradição. Pref. J. S. Witter. 1987. 352p.

Com prefácio de J. S. Witter – o que, por si, já constitui excelente recomendação – apresenta-se esta história da vizinha cidade de Salto. Teve em mente o seu autor, segundo sua própria declaração, “sempre o imperativo de coordenar os fatos, situá-los cronologicamente e, sobretudo, atualizá-los”. As fontes utilizadas foram as mais diversas: “rebuscando na própria memória e na de antigos moradores, em arquivos (Câmara, Prefeitura, Igrejas, cartórios...), em livros, na imprensa”. Acima de tudo, percebe-se a vivência do autor, não só filho da cidade, mas nela elemento de intensa participação em vários setores. Foi inevitável – e isto ocorre com frequência nas histórias de cidades – que a obra se ressentisse de um certo caráter enciclopédico, com a preocupação de registrar tudo o que ocorreu de significativo na vida saltense, embora nem tudo devesse, a rigor, figurar numa obra histórica. Mas, isto em nada prejudica o livro, embora cause estranheza a certos leitores demais rigorosos em questões de metodologia, o que não é o nosso caso. Registramo-lo com satisfação, vendo nele, antes, a preocupação de salvar memória da cidade. Oxalá todas as cidades tivessem quem delas assim cuidasse. ONM (Cortesia de José Carlos R. da Rocha, de Salto).

Matos, Potiguar – Gente Pernambucana. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro/Recife, Fundarpe, 1986. 126p.

Do caráter deste livro, melhor que ninguém, di-lo o próprio autor, ao considerá-lo “uma declaração de amor a Pernambuco”. E explicita: “Conferências, artigos, crônicas, produtos despretensiosos de minha vivência como professor ou jornalista, oriundos de provocações diversas e circunstâncias heterogêneas, terminaram se soldando numa peça única, com uma possível identidade comum, o sentido de

**pernambucanidade**". (Grifo nosso). Trata o autor de "homens nascidos em Pernambuco, atraídos por Pernambuco e em Pernambuco dissolvidos pela obra criada, pelas lições legadas, pelo exemplo de vida": Nilo Pereira, Barbosa Lima Sobrinho, Gilberto Freyre, Neves Filho, Luiz Delgado, Mauro Mota, Mario Sette, Pinto Ferreira, Gilberto Osório de Andrade, Jordão Emêrenciano, Zeferino Cândido, o suiço Schlappriz (cujo belíssimo álbum "para os amigos das artes", publicado em 1863 foi, quase cem anos depois, reeditado lindamente pela Fundação da Cidade do Recife, sob os cuidados de Gilberto Ferrez) e ainda páginas sobre o Arquivo, o "Diário de Pernambuco" e a Faculdade de Direito do Recife. Nem falta ao volume um embasamento histórico no qual se cuida de Duarte Coelho e, conseqüentemente, das raízes de Pernambuco. ONM (Cortesia do autor).

Miranda, Alcibiades – *Contestado*. Curitiba, Lítero-Técnica, 1987. 230p. ("Estante Paranista", v. 28).

Concluídos em 1939, portanto há quase meio século, os originais do presente livro permaneceram inéditos até o ano passado, quando vieram a público, por iniciativa do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, integrando a preciosa "Estante Paranista". Trata-se de relato bastante circunstanciado de um participante da chamada **Guerra do Contestado**, Coronel (na época Capitão) Alcibiades Miranda. Ao apresentá-lo, o presidente do Instituto Paranaense faz notar ser o autor "bom escritor, claro, conciso, perfeito conhecedor da arte militar" e que nos põe em contacto com as figuras mais importantes que, de ambos os lados, se envolveram no conflito. Adverte, contudo, que "não sendo paranaense, o autor aborda alguns aspectos que não devem nos agradar", mas reconhece que a história se constrói "através de depoimentos muitas vezes contraditórios". Inscreve-se, assim, o livro na categoria, já bastante numerosa em nossa bibliografia, de obras de reminiscências de participantes das campanhas militares, que valem, sobretudo pela vivência demonstrada pelos autores, mas também pelas contribuições que trazem. Há de se ter cuidado, contudo (não é o caso do presente livro), em separar a verdade daquilo que possa ser levado apenas à conta de jactância de seus autores. Numerosos "anexos" complementam o volume, alguns deles curiosos e interessantes: a proclamação de D. Manoel Alves da Assumpção da Rocha, "aclamado Imperador Constitucional da Monarquia Sul-Brasileira", em 1º de agosto de 1914; e o projeto de constituição do planejado Estado das Missões. São Peças que merecem um comentário especial, que talvez oportunamente façamos. Acrescente-se, ainda, a inserção no volume, dos relatórios do General Setembrino de Carvalho e do quase lendário Capitão Potiguara. ONM (Cortesia do Inst. Hist. Paranaense).

Monte Marciano, Frei João Evangelista de — Relatório apresentado ao Arcebispado da Bahia sobre Antônio Conselheiro e seu séquito no Arraial de Canudos, 1895. Reedição facsimilada; apres. de José Calasans. Salvador, Univ. Fed. da Bahia, 1987. 18p. (Centro de Estudos Baianos, publ. nº 130).

Desde os primeiros tempos do “caso” Canudos, muitas pessoas acreditaram que competia à Igreja Católica, fazendo valer seu prestígio, interferir visando a dissolver o ajuntamento pela palavra de um missionário habilitado. “O terço em vez do fuzil era a solução preconizada”. Assim, o governo do Estado decidiu-se a solicitar a colaboração do Arcebispado, que encarregou Frei João Evangelista do Monte Marciano, capuchinho italiano, da delicada missão, na qual, aliás, não foi feliz, redundando-a em evidente fracasso. Mas, — diz o Professor Calasans — se a finalidade do missionário não foi alcançada, o **Relatório** elaborado pelo franciscano, impresso e divulgado, passou a constituir elemento essencial à história do núcleo dito “monarquista” do interior baiano. É este **Relatório**, publicado originalmente em 1895, pela Tipografia do “Correio de Notícias”, da capital baiana, que o Professor Calasans teve a feliz iniciativa de reimprimir facsimilarmente, precedendo-o de erudita introdução de sua lavra, e com ele enriquecendo a preciosa coleção de publicações do Centro de Estudos Baianos. ONM (Cortesia do Prof. José Calasans).

Ribeiro, José Antônio P. — O universo romântico de Joaquim Manoel de Macedo. Itaboraí, Prefeitura Municipal, 1987. 108p.

Resultou o presente volume de concurso sobre Joaquim Manoel de Macedo instituído pela Prefeitura de Itaboraí, terra natal do conhecido escritor. Trata-se de obra significativa para o conhecimento do romancista. Jânio Quadros, que prefaciou o livro, como “indispensável para conhecê-lo bem: sóbria, límpida, veraz até... na pureza da linguagem”. Nele “Macedo renasce; podemos, sem esforço, vê-lo como se o revêssemos”. Convém lembrar, como já o fizemos sentir em nota publicada há alguns anos nesta mesma revista, que Macedo não deve ser lembrado apenas como o romancista de **A Moreninha**, embora tenha sido esta a faceta que tenha caído no domínio público. Macedo foi também grande cultor do teatro e das letras históricas, tendo pertencido ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, onde teve destacada atuação e cuja revista abriga numerosos escritos seus, de natureza histórica. Além de ter deixado compêndios de História e dois livros magistrais para o conhecimento do Rio de Janeiro de seu tempo: **Memórias da rua do Ouvidor** e **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. ONM (Cortesia do autor).

Souza, Fredericindo Marés de – O presidente Carlos Cavalcanti e a revolta do Contestado. Curitiba, Lítero-Técnica, 1987. 24 + 278p. (“Estante Paranaense”, 29).

Aos não familiarizados com a história paranaense, alguns dados biográficos relativos ao biografado neste volume por certo não serão supérfluos. Nascido no Rio de Janeiro em 22 de março de 1864, veio ainda menino para Curitiba em companhia de seu padrinho, a quem acompanhou por várias andanças que o levaram a Bagé, a São Gabriel, a Santana do Livramento e depois novamente para o Rio de Janeiro, onde cursou a Escola Militar. Motivos de saúde fizeram-no mudar-se para Curitiba e para Porto Alegre, retornando ao Rio a fim de concluir o curso, o que ocorreu em 1885. A partir de 1891 passou a servir na guarnição militar de Curitiba, vinculando-se definitivamente à terra paranaense, inclusive pelo casamento. Pelos dotes de que era possuidor – diz-nos Pereira Tourinho – “não demorou a assumir a liderança na difícil situação em que se encontrava a jovem República”. Já no ano seguinte encontramos-lo na vida política, eleito para a Assembléia Legislativa paranaense, na qual permaneceu por quatro biênios consecutivos. Eleito presidente do Estado em 1911; na ocasião (1912) participou da fundação da Universidade do Paraná e na qualidade de engenheiro militar, exerceu a cátedra de Economia Política da recém criada Faculdade de Engenharia da capital paranaense. O livro que ora registramos focaliza o ilustre homem público em alguns momentos importantes de sua carreira no Paraná, especialmente na questão de limites com Santa Catarina e na chamada “Guerra do Contestado”. Obra bastante documentada e de agradável leitura, certamente constituirá título significativo da bibliografia paranaense do período republicano. ONM (Cortesia do Inst. Hist. Geogr. Paranaense).

Strobel, Gustav Hermann – Relatos de um pioneiro da imigração alemã. Curitiba, 1987. 142p (“Estante Paranista”, 27)

É com real satisfação que registramos mais um título da preciosa “Estante Paranista”, editada pelo Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, e desta vez, um interessantíssimo relato de um pioneiro da imigração alemã no Paraná e Santa Catarina. Trata-se de Gustav Hermann Strobel, que veio para o Brasil em 1854, estabelecendo-se primeiramente na Colônia Dona Francisca, a Joinville de hoje. Lá não se habituou. Atraiu-o Curitiba, no planalto, elevada a capital da recém instalada Província do Paraná e em Curitiba viveu toda a sua longa vida, até 25 de maio de 1933, ou seja depois de quase oitenta anos de Brasil. “Narrativa fluente, cativante e des-

pretenciosa, conta fatos pitorescos ocorridos com membros da família e famílias amigas, desde os tempos que antecederam a imigração (Alemanha de meados do século passado), até o início deste século. Lendo-a, tem-se a idéia das inúmeras dificuldades vividas pelos imigrantes, tais como a travessia marítima, a falta de apoio do governo, a barreira do idioma, a incompreensão de pessoas preconceituosas. Acompanha o crescimento de Curitiba, onde o autor e seu pai, renomados carpinteiros, colaboraram com seu talento na feitura da parte de madeira de diversas obras, a exemplo da Santa Casa, Farmácia Stellfeld, Cervejaria Leitner, Igreja Luterana, pontes na Estrada da Graciosa, e outras”. Estas palavras, de responsabilidade da própria família Strobel, e postas à guisa de prefácio neste interessantíssimo volume, diz em linhas gerais do valor do livro. Não são frequentes, diga-se de passagem, na bibliografia de estrangeiros que escreveram sobre o Brasil os relatos dos próprios imigrantes. Lembraríamos, neste gênero, as duas **Memórias de um imigrante italiano**, de Orestes Bissoli e de Júlio Lorenzoni, sobre o Espírito Santo e o Rio Grande do Sul, respectivamente. A estas, e provavelmente a outras que certamente existirão, deve-se juntar o precioso relato ora divulgado pelo Instituto Histórico Paranaense. ONM (Cortesia do Instituto).

Westphalen, Cecília Maria – História documental do Paraná: primórdios da colonização moderna da região de Itaipu. Curitiba, 1987. 26p. de texto e mais 93 de ilustrações.

Apresentando este volume, escreveu, na “orelha”, a Professora Altiva Pilatti Balhana: “Este é um livro para ver. De um só fôlego pelo vivo interesse que desperta. Não apenas do historiador, do geógrafo, mas do leitor de todas as idades. Apresenta visualmente os primórdios da colonização moderna da região de Itaipu, por intermédio de mapas, plantas, documentos, fotografias da época, enfim, precioso material heurístico que coloca sob os nossos olhos uma apaixonante história de ocupação da terra. Fruto de longa e trabalhosa pesquisa de arquivo, todavia, na sua ordenação lógica e cronológica, é de extraordinária leveza didática. Resultado magnífico da experiência e dos conhecimentos de História do Paraná, da autora. Excelentes os exemplos escolhidos, quer em relação às grandes companhias, como aos pequenos proprietários que começam a estabelecer-se na região”. (Cortesia da autora).

Witter, J. S. – Partido Republicano Federal. São Paulo, Brasiliense, 1987. 76p. (Col. “Tudo é História”, 115).

Estudioso dos primeiros tempos da história republicana de nosso País, – objeto já de importante trabalho anterior –, o autor estuda

particularmente a efêmera existência do Partido Republicano Federal, que pareceu a muitos como a principal medida salvadora do regime republicano, em suas primeiras crises. O período de existência do Partido (1893-1897) coincide com um dos momentos mais difíceis da República, que chegou até a ser questionada em sua própria origem. O Professor Witter, com o cuidado que sempre demonstrou em nunca avançar afirmações sem o devido fundamento, estuda, embora de maneira rápida (dadas as dimensões da Coleção) as razões que levaram ao fracasso a tentativa de criação de um grande Partido Federal. ONM (Cortesia do autor).

### PERIÓDICOS

- Revista da Academia Rio-grandense de Letras**, nº 6, Porto Alegre, 1987. **Conteúdo:** Discurso de posse (Albino de Bem Veiga); Discurso de recepção a Albino de Bem Veiga (Mozart Pereira Soares); História da mulher (Mila Cauduro); Reminiscências da cidade natal de meus antepassados (Dante de Laytano); Prêmio "Ilha de Laytano" (Zeno Cardoso Nunes e Rui Cardoso Nunes); Antenor Nascentes (Albino de Bem Veiga); Identificações (Lothar Hessel); Lila Ripol: angústia e beleza (Ir. Elvo Clemente); "Ad Sodalibus", de Aureliano de Figueiredo Pinto (Hélio Moro Mariente); Cecília Meireles (Hugo Ramirez); Pedritense imortal (Francisco Pereira Rodrigues); Oswald Spengler e o totalitarismo germânico (Anselmo F. Amaral); O ensino provincial no período farroupilha (Moacyr Flores); Um quarto de século de literatura rio-grandense (Pedro Leite Villas-Boas); Linhas da pesquisa histórica no Rio Grande do Sul (Earle D. Macarthy Moreira); Letras de Lagoa Vermelha (Fidelis Delcin Barbosa); Há quarenta anos o Rio Grande perdeu um grande poeta (Olma Aquino Casses e Fernando Casses Trindade).
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, vols. 347 e 348. abril/setembro de 1985. **Conteúdo – Vol. 347:** Cabanagem (Arthur Cezar Ferreira Reis); Martius e a historiografia nacional (Carlos H. Oberacker Jr.); O novo Rio de Janeiro em primeira síntese de história política (Paulo Werneck da Cruz); Os diários do Almirante Hamond (Luiz de Almeida Nogueira Porto); A Fazenda de Cebolas e os colonos (Thalita de Oliveira Casadei); Cipriano Barata (Luiz Henrique Dias Tavares); Homenagem da Academia Portuguesa de História ao ex-chanceler José Carlos de Macedo Soares (Pedro Soares Martinez); Saudação a Brasil Bandecchi (Lycurgo de Castro Santos Filho); Líbero Badaró, Júlio Frank e o liberalismo em São Paulo (Brasil Bandecchi); Saudação a Vicente Tapajós (Arthur Reis); Município e Democracia (Vicente Tapajós); Cartografia histórica do Exército (Cláudio Moreira Bento); Achegas para a história do livro e da bibliografia judaica em língua portuguesa (Egon Wolf); História e Poder (Arno Wehling); Moniz Sodré, o jurista e o político (Edmundo Moniz); Correspondência do Barão de Mareschal; Crônica de Araújo Viana; História e Filosofia (Tarquínio de Oliveira). – **Vol. 348:** A Abolição à luz de documentos (Raul Lima); As sesmarias no Direito luso-brasileiro (Marcelo Caetano); Capitães, naus e caravelas da armada de Cabral (Moacyr Soares Pereira); Demografia histórica na República Velha: o desenvolvimento fluminense (Paulo Werneck da Cruz); VII Simpósio de História do Vale do Paraíba (Marcelo e

Cybelle de Ipanema); O tráfico ilícito de escravos nos relatórios do Ministério da Justiça (Vicente Tapajós); Os ofícios do cônsul prussiano von Theremin sobre a morte da Imperatriz Leopoldina (Carlos H. Oberacker Jr.); Saudação a Leandro Tocantins (Arthur Reis); Antônio José Landi, o arquiteto régio do Grão-Pará (Leandro Tocantins); Homenagem da Academia Portuguesa da História a Pedro Calmon (Joaquim Veríssimo Serrão); Agassiz e a Amazônia (Arthur Reis); Glaziov e a Imperial Quinta da Boa Vista (Thalita C. Casadei); Gonçalves de Magalhães e Antônio José da Silva (Frieda Wolff); Um hospital diferente (Egon Wolff); Correspondência do Barão de Mareschal; Crônicas de Araújo Viana.

**Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**, vol. 20, 1983/1985. Belo Horizonte, 1986. **Conteúdo:** Em defesa da bandeira de Minas Gerais (José Geraldo de Faria); Pioneiros desconhecidos (Aspásia Vicira Ayer); A bandeira de Fernão Dias como fator de integração; D. Henrique, o conquistador; Pombal e a política européia (todos de Benedito José de Souza); Efeméride mineira e nacional: 28 de abril de 1826 (Carmen de Mello); O patriarcado nas origens da Zona da Mata Mineira (Celso Falabella de Castro); Marco do Duque de Caxias em Rio Preto (Henrique Furtado Portugal); Um marianense antiescravista; As novas possibilidades da História; Distorções históricas; Antonil e a escravidão (todos do Con. José Geraldo Vidigal de Carvalho); Arqueologia de Capela Nova; V. Jornada Brasileira de Arqueologia (Pe. José Vicente César); De caixeiro a presidente da República (Merolino de Lima Corrêa); Bernardes e a preservação de nossas riquezas (Paulo Krueger Corrêa Mourão); A região carbonífera de Santa Catarina e o problema ambiental (Ricardo Wagner ad-Víncula Veado); José Felipe Filgueiras, herói da Guerra da Independência, trisavô de Francisco Campos (Waldemar de Almeida Barbosa); A Constituição democrática de 1934 (Vicente Porto de Menezes); Os 140 anos da Polícia Militar de Minas Gerais; Entradas: precursoras das bandeiras (Wilson Veado).

**Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, v. 24. João Pessoa, 1986. **Conteúdo:** Violência e ideologia na conquista da Paraíba (José Octavio); Paraíba século I: aspectos antropológicos do início da colonização (Aécio Villar de Aquino); A música nos primeiros séculos de colonização da Paraíba (Domingos de Azevedo Ribeiro); O litoral paraibano na mira de mercantilistas (Teresinha de Jesus Ramalho Pordeus); Confrontos e antagonismos na conquista da Paraíba (Geraldo Irineo Joffily); Aspectos da agropecuária na Paraíba desde os primórdios da colonização até hoje (Lauro Xavier); As praças de guerra na Paraíba (Rosilda Cartaxo); A Ordem dos Mendigos de Assis na Paraíba (Waldice Mendonça Porto); A Paraíba colonial na bibliografia holandesa (F. Hugo de Lima Moura); As economias açucareira e criatória no Nordeste brasileiro à época colonial (Diana Soares de Galliza).

**Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, nº 124, Porto Alegre, 124. **Conteúdo:** O fracasso da Missão Labatut (Arthur Ferreira Filho); Sete perfis farrapos (Cláudio Moreira Bento); Tito Lívio Zambeccari (Henrique Oscar Widerspahn); Dois fundadores (Luís Alberto Cibils); Episódios assinalados da Revolução Farroupilha: o combate de Taquari (Riograndino da Costa e Silva); Os Vargas: uma estirpe faialense no Rio Grande do Sul (José de Araújo Fabrício).

## NOTICIÁRIO

### ACADEMIA MARIAL DE APARECIDA

Por iniciativa do Rev. Cônego João Corrêa Machado, expressiva figura do clero campineiro e antigo professor de nossa Universidade Católica, fundou-se em Aparecida, a importante cidade-santuário do Vale do Paraíba, a **Academia Marial**. Conforme noticiado no ato de sua fundação (julho de 1985), a entidade propõe-se “recolher e retransmitir informações e estudos de tudo quanto existe no Brasil, em sua história, literatura e belas artes, a respeito de Maria, Mãe de Jesus, de seus santos Pais e Glorioso Esposo”. Como se isto não bastasse, o folheto de divulgação dessa entidade cultural-religiosa apresenta, em forma de acróstico (Maria) as cinco principais atividades, como seguem:

- Manter, no Santuário Nacional de Aparecida especializada biblioteca brasileira de Mariologia, com exemplares de todas as edições em idioma pátrio;
- Associar, sob diversos títulos, todos quantos subscreveram sua inscrição;
- Registrar, de acordo com a sua natureza, todas as manifestações marianas no País;
- Incentivar a promoção de cursos, pesquisas e estudos especializados;
- Amparar e auxiliar publicações, certames, coletâneas, exposições, museus, bibliotecas e outros movimentos culturais.

A sede da **Academia Marial**, filiada à Pontifícia Academia Mariana Internacional (Roma), encontra-se instalada no 11º andar da Torre da Basílica de Aparecida. Cento e três são os membros inscritos, entre sacerdotes e leigos. Segundo informações do Presidente, quase todas as unidades da Federação estão representadas na Academia. Embora de fundação recente a Academia de Aparecida já tem levado seu nome para fora do Brasil, com a participação no 11º Congresso Internacional Mariológico, realizado em 15 de setembro do ano passado em Kevelaer, Alemanha. A esta importante reunião, o Cônego João Corrêa Machado apresentou a tese **Síntese histórica do culto mariano no Brasil, desde a descoberta aos nossos dias**, a ser brevemente publicada. Ao ilustre e dedicado sacerdote Cônego João Corrêa Machado, em quem sempre encontramos apoio, estímulo e simpatia para com o nosso trabalho, a NHB formula os melhores votos de êxito para a excelente tarefa que vem realizando à frente da **Academia Marial**, de Aparecida.

## VIANA MOOG

Com o falecimento de Viana Moog, no dia 16 de janeiro do ano em curso, perdeu o Brasil um dos seus mais lídimos valores intelectuais. Era natural de São Leopoldo, RS, onde nasceu 28 de outubro de 1906. Tornou-se conhecido pelo romance **Um rio imita o Reno** (1936), inspirado nos problemas da colonização alemã em sua terra natal, mais precisamente do vale do rio dos Sinos (o rio que "imita o Reno"). Todavia, nessa ocasião já havia publicado alguns ensaios significativos, a começar por **O ciclo do ouro negro** (que reflete suas experiências na Amazônia, para onde foi "de castigo" por ter aderido à Revolução Constitucionalista de 1932), **Heróis da Decadência** (sobre Petrônio, Cervantes e Machado de Assis), **Novas Cartas Persas** e **Eça de Queiroz e o século XX**, que alcançou seis edições. Posteriormente, publicou **Uma interpretação da literatura brasileira**, **Nós, os publicanos**, **Mensagem de uma geração** e **Bandeirantes e Pioneiros**, inegavelmente sua maior obra, e que constitui, sem dúvida, um dos mais importantes títulos da bibliografia histórica brasileira, no qual traça um paralelo das civilizações que floresceram no Brasil e nos Estados Unidos. Escreveu, ainda, **Uma jangada para Ulisses** (novela), **Em busca de Lincoln** (ensaio) e **A ONU e os problemas de nossa época** (política internacional). Campinas recebeu sua visita, quando aqui esteve, representando a Academia Brasileira de Letras, na inauguração da nova sede de nossa Academia Campinense, em 1975.

\*

## CENTENÁRIO DE ARMANDO DE SALES OLIVEIRA

A 24 de dezembro do ano findo transcorreu o centenário de nascimento de Armando de Sales Oliveira, expressiva figura da vida política e administrativa de São Paulo e do Brasil. O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e a Academia Paulista de História promoveram, alguns dias antes do transcurso da efeméride, uma sessão conjunta, na qual o grande vulto da história paulista foi evocado, em múltiplos aspectos, por Silveira Peixoto, Vinício Stein Campos, Pedro Ferraz do Amaral e Raul de Andrada e Silva. Por sua vez, os jornais "O Estado de S. Paulo" e "Jornal da Tarde", publicaram, na ocasião, excelentes suplementos especiais, ricos de conteúdo sobre a vida e a obra do fundador da Universidade de São Paulo.

\*

## RADAMÉS GNATTALI

Com a morte de Radamés Gnattali, ocorrida a 3 de fevereiro do corrente ano, perdeu o Brasil um dos seus maiores compositores. Natural de Porto Alegre, onde nasceu no dia 27 de janeiro de 1906, consagrou-se tanto à música popular como à erudita, deixando variadíssima obra, com dezenas de peças de marcante qualidade. Teve especial predileção pela forma **concerto**, na qual encontramos concertos da maior diversificação possível: para piano, violino, violoncelo, viola, bandolim, harpa, violão e até para gaita de boca, todos com acompanhamento orquestral, tendo sido este último dedicado ao grande virtuose da gaita Eduardo Nadruz ("Edú"). Deixou, ainda, sinfonias, trios, quartetos, sonatas e numerosa obra vocal e instrumental, especialmente para o piano. Dele, escreveu Vasco Mariz em sua valiosa **História da Música no Brasil**:

"Radamés Gnattali está entre os compositores brasileiros de mais abundante produção. Só os concertos já são em total de 26. Possui o músico gaúcho notável **métier**, é pianista exímio, regente experiente, instrumentador imbatível e técnico em assuntos de música popular. Escreve atualmente em um estilo mais simples com depurado nacionalismo, procurando chegar até o povo já que o povo não chega até o músico. Sua orientação estética não mudou. Radamés é homem retraído e não se sujeita à política musical de bajulação dos intérpretes. Por isso, o seu talento extraordinário tardou em romper essas barreiras da inércia e a impor-se em toda a sua pujança artística" (p. 209).

\*

## A FORTALEZA DE SANTO AMARO DA BARRA GRANDE

Numa meritória campanha que visa à conscientização em torno do interesse histórico, a ser preservado, de precioso remanescente do passado colonial na área de Santos, escreve-nos o Coronel Reginaldo Moreira de Miranda, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo:

"Situada na entrada do estuário do porto de Santos, em local de excepcional beleza natural, esta fortaleza é uma das mais antigas do Brasil e de toda a América. Foi construída em 1583 por ordem do almirante espanhol Diego Flores Valdez, como defesa contra piratas ingleses, franceses e holandeses.

Tombada como monumento pelo Sphan e pelo Condephaat, é, atualmente, a única construção levantada pelos espanhóis no sul do Brasil durante o período filipino. Foi a principal defesa do porto até 1905, teve importância militar durante a Segunda Guerra Mundial e sua última utilização pelo Exército foi como sede social do Círculo Militar de Santos, de 1950 a setembro de 1971. Desde então, sem ocupação, a fortaleza foi se deteriorando e, hoje, salvo as muralhas, suas construções estão em ruínas.

O abandono da fortaleza motivou reclamações de entidades culturais. A insatisfação popular fez com que surgisse o Grupo de Preservação Cultural, que tem como líder o prof. Adamastor Amado Stoffel, que reuniu centenas de assinaturas pedindo a restauração da fortaleza. O prof. Adamastor chegou a escrever ao Rei da Espanha solicitando o apoio do governo espanhol que, aliás, já tem o encargo de restaurar monumentos históricos na capital da Paraíba, a antiga Filipéia, fundada no período filipino. Recentemente, centenas de pessoas reuniram-se para debater medidas para a preservação da fortaleza santista. Diversas pessoas usaram da palavra e, entre elas, como representante dos Institutos Históricos de São Paulo e de Guarujá-Bertioga, alertamos os participantes sobre a progressiva invasão das terras da fortaleza.

Interessante lembrar que existiu no tempo do Império, durante muitos anos, um isolamento para variolosos na Praia do Góis, área integrante da fortaleza. E por, muito tempo a guarnição da fortaleza prestou serviços por ocasião das epidemias que assolaram Santos até a construção do cais do porto em fins do século passado. Os escaleres da fortaleza transportavam autoridades médicas que realizavam inspeções sanitárias nos navios que chegavam e, eventualmente, martírios e passageiros doentes ou acidentados.

Esperamos que por ocasião do quinto centenário do descobrimento da América (1992) a Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, único vestígio material filipino no sul do Brasil, esteja com sua área verde preservada, com suas benfeitorias reconstruídas e utilizadas condignamente”.

Nem precisaríamos acrescentar que **Notícia Bibliográfica** faz coro com a campanha do ilustre militar e historiador, hipotecando plena solidariedade à sua campanha.

\*

#### GERALDO SESSO JÚNIOR

Faleceu no dia 19 de janeiro, aos 77 anos, o jornalista Geraldo Sesso Júnior. Natural de Campinas, dedicou-se a pesquisas históricas,

especialmente no gênero da memória fotográfica, tendo publicado **Retalhos da Velha Campinas** (1970) e **Retalhos da Velha São Paulo** (1983). Deixa, no prelo, uma obra sobre a história do cinema em São Paulo. Pertencia ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à Academia Paulistana da História, à União Brasileira de Escritores, à Associação Paulista de Imprensa e à Ordem dos Velhos Jornalistas de São Paulo. Esta publicação que sempre teve em Geraldo Sesso Júnior um entusiasta, lamenta o falecimento do atuante jornalista campineiro, mas há muito radicado em São Paulo.

## UM POUCO DE MÚSICA

## "JALOUSIE"

A propósito do famoso tango **Jalousie**, que, nas gravações aparece sempre indicado como sendo da autoria de um certo Gade (sem qualquer outra especificação), recebemos do prezado amigo Dr. Carlos González, conhecido comentarista de discos do "Diário Popular", de São Paulo, oportuno comentário acerca da verdadeira autoria dessa conhecida peça musical, presença obrigatória nas chamadas "Orquestras de Salão" de todo o mundo. Sua voga passou, como passou a das próprias orquestras de salão, substituída hoje pelos recursos sonoros eletrônicos. Tanto, que as novas gerações não conhecem **Jalousie** e provavelmente nem saibam o que seja uma orquestra de salão. Mas, teve sua época, como o provam as numerosas gravações que dele existem.

Diz o dr. González que qualquer melômano associará o Gade que figura como autor de **Jalousie** a Wilhelm Niels Gade, compositor dinamarquês do século passado, nascido em 1817 e falecido em 1890. Deixou obra considerável, vocal, instrumental e orquestral: musicas de cena para peças teatrais, cantatas, aberturas, sinfonias (nada menos que oito), concertos, música de câmara (trios, quartetos, quintetos), numerosa obra para piano, etc., tudo cuidadosamente arrolado no famoso dicionário musical de Grove. Mas, nada há nessa relação que faça lembrar **Jalousie**. Aliás, a música de Wilhelm Niels Gade, praticamente esquecida hoje (pelo menos fora de seu país), — diz o dr. González, "é completamente diferente do tango **Jalousie**", o que, todavia, não implica necessariamente em abandonar-se a hipótese de ter sido seu autor o grande compositor dinamarquês, tão renomado em seu tempo, a ponto de ter substituído Mendelssohn na direção do "Gewandhaus", de Leipzig. Mas...

Da contracapa de um disco da conhecida Orquestra de André Kostelanetz (Columbia ML 4065), transcreveu o dr. Carlos González o seguinte trecho, relativo à origem do tango: "**Jalousie** é talvez o mais famoso de todos os tangos. Por muitos anos pensou-se que esta pinturesca dança de salão era originária dos **gauchos** da Argentina. Na realidade, o tango tem suas raízes na África, onde os nativos apresentavam uma dança denominada **tángano**. Foi transplantada para a América Central e daí para a Argentina no decorrer do século XVIII, pelos escravos que trabalhavam na lavoura. Aceita pelos **gauchos**, o **tángano** misturou-se às danças de

origem européia e gradualmente adquiriu ritmos e movimentos próprios no que hoje denominamos de **tango argentino**".

Demos a palavra ao dr. Carlos González: "Se Wilhelm Niels Gade faleceu em 1890, certamente não teria tido conhecimento da forma popular denominada **tango**, porque esta só apareceu e se difundiu a partir de 1915. Assim, o autor de **Jalousie** teria sido forçosamente outro compositor coincidentemente com o mesmo sobrenome. E encontramos-lo em Jacob Gade, nascido em 1879 e falecido em 1963. Parece tratar-se de compositor francês, de música ligeira, como o sugere o fato de ter denominado na língua francesa — **Jalousie** aquela que se tornou sua composição mais conhecida. Desconhecido como era ou como continua a ser, o nome de Gade, sem maiores esclarecimentos, passou a ser atrelado ao seu homônimo dinamarquês..."

## MEMÓRIA CAMPINEIRA (33)

## RUA LUSITANA

Não há quem a desconheça. Trata-se de rua das mais antigas de Campinas. Numa extensão de quase dois quilômetros, corta toda a parte velha da cidade, com início na rua Proença e término na antiga rua da Ponte, hoje Major Sólón. Leopoldo Amaral, jornalista e cronista campineiro, de cujos escritos já nos temos valido para esta seção, evocou-a em crônica publicada em abril de 1925 em "O Estado de S. Paulo", o grande órgão da imprensa paulistana do qual Amaral foi, por longos anos, correspondente em nossa cidade. Tal crônica, reunida a dezenas de outras para formar o hoje raríssimo volume **Campinas: recordações** (1927), evoca, em linhas gerais a história da simpática e tradicional via pública campinense. Iniciando-se, como foi indicado, na rua Proença, não longe do conhecido Bosque dos Jequitibás e bem perto de onde se situa hoje o Estádio da Ponte Preta, a rua Lusitana passa ao lado de entidades conhecidas na cidade e que lhe servem de referência: assim, por exemplo, o "Circolo Italiani Uniti" (hoje Casa de Saúde Campinas), um dos maiores hospitais da cidade e a tradicional Igreja de São Benedito; nela foi localizada também a mais antiga igreja evangélica de Campinas, de confissão presbiteriana, ainda existente, embora com templo moderno, no mesmo local. Mas, demos a palavra a Leopoldo Amaral:

"A sua abertura data da fundação da freguesia denominada Nossa Senhora da Conceição das Campinas, 'em sertões trilhados por uma estrada das minas de Goiás e habitados primeiramente por taubateanos a cuja frente se encontra o seu fundador Francisco Barreto Lele'. É o que dizem os primeiros assentamentos da vida local.

Três foram as primeiras ruas da freguesia: de Cima, do Meio e de Baixo. Esta a de que se trata. Não passava a princípio de uma estrada, transitada por viandantes que, das bandas de São Paulo, demandavam Mogi-Mirim e outros pontos do sertão.

As primeiras construções foram acompanhando a tortuosidade da rua. Ainda hoje se verifica tal irregularidade de alinhamento, principalmente no trecho entre as ruas Morais Sales e Major Sólón. Por esta continuava a estrada de Mogi-Mirim e do Amparo.

A lavoura (cana e café) e o comércio caminhavam vagarosa, mas progressivamente. A fertilidade das terras atraía novos moradores, não

só nacionais como estrangeiros. A rua de Baixo foi se tornando o centro comercial e, dentro de alguns anos, para ela convergiram os estabelecimentos de mais nota. Os negociantes e empregados eram quase todos portugueses, moços, que haviam abraçado essa carreira honesta, procurando, por esse meio, ganhar dinheiro e conquistar posição na sociedade em que se encontravam. Estabelecidos com fazendas, ferragens, armarinho ou molhados em sua maioria, constituíram família com arraigada estima à cidade.

A Câmara Municipal já havia dado novas denominações às duas outras ruas: a de **Cima** passou a ser chamada rua **Direita** e a do **Meio** ficou sendo a rua do **Comércio**. A outra, entretanto, foi, não se sabia porque, para o rol das coisas esquecidas. Este fato provocava azedos comentários e preocupava a atenção de muitos dos moradores da rua esquecida.

Para se fazer uma fraca idéia do que era o comércio ali, há uns cinqüenta e poucos anos,<sup>1</sup> mencionaremos alguns nomes de negociantes estabelecidos em diversas épocas: João Francisco Ferreira Jorge, Joaquim Ferreira Zimbres de Queiroz, Francisco J. Martins de Abreu, Antônio Pereira de Sampaio, Cândido Costa Braga, Francisco Ferreira Novo, Manuel Duarte Rezende, Francisco Ferreira de Mesquita, Araújo Maia & Cia., Antônio Joaquim Ribeiro, Antônio Gonçalves dos Santos, José Maria Moutinho, José Júlio de Barros, Diogo Amaral & Cia., Vilares & Queiroz, Carlos Pereira Soares, Francisco José Coelho, José Duarte de Rezende, Antônio Henrique de Carvalho, José Antunes Pereira Bastos, Adão José Barbosa, Cândido Gonçalves dos Santos, José Mesquita dos Santos, José Coelho Ferraz, Pedro José Gomes, José dos Santos Calhelha e muitos outros. Seria um nunca acabar se fôssemos mencionar todos os nomes. Em continuação à rua de **Baixo**, na rua da **Ponte** (**Major Sólton** de hoje) estavam estabelecidos os Irmãos Gomes Pinto, Vicente Ferrão, Silva Martelinho, Leopoldo dos Santos, Ferreira Neto Cia., Francisco Ladeira e outros.

A demonstração aí feita muito pela rama é suficiente para se aquilatar quanto ia de vento em popa o movimento daquela parte da cidade.

Como quase sempre se dá, a mocidade foi quem tratou em primeiro lugar da troca da denominação. Teve ela uma lembrança original. Uma bela manhã os transeuntes ficaram surpreendidos com esta novidade: em diversas esquinas estavam pregadas nas paredes placas com o nome da então mais famosa rua do Rio de Janeiro: **Rua do Ouvidor**. Uns riam, achando graça, outros comentavam filosoficamente, parados enfrente das placas. O caso atraía a atenção geral. Ninguém sabia quem fosse o seu autor. A Câmara Municipal não gostou da graça. Muita gente via no bojo da tal lembrança, uma censura em pilhérica forma disfarçada.

(1) É preciso ter em mente que o autor escrevia em 1925; portanto aos seus "cinqüenta e poucos anos" devem ser somados os sessenta e tantos decorridos de então.

Resultado de tudo isso: porque o elemento português ali se manifestava dando vida ao progresso da cidade, a Câmara Municipal, em sua reunião de 11 de dezembro de 1871, resolveu, por proposta do vereador capitão Joaquim Corrêa Dias, dar àquela antiga rua a denominação de **Rua Lusitana**.

Correram os anos sobre esses acontecimentos e o comércio ficou muito reduzido naquele local. O movimento foi aos poucos seguindo para o alto da cidade, depois da inauguração da estrada de ferro (1872). A rua Lusitana deixou de ser com o tempo o que dantes era.

Estalou a revolta da Armada, no Rio e a dos federalistas no Sul do País, em 1893. Ficaram estremecidas as relações diplomáticas entre os governos português e brasileiro, por motivo que nada adiantam a estas reminiscências.

A Câmara Municipal, por solidariedade e acompanhando o sentir da Pátria, retirou a denominação **Lusitana**, substituindo-a pelo nome de **General Carneiro**, em homenagem à memória do bravo militar assim chamado, morto heroicamente no Paraná, quando em combate, na defesa do governo legal. Entendiam alguns que Portugal já contava com uma significativa homenagem em Campinas, a **Praça Luís de Camões**.

Com o tempo, porém, por deliberação também da municipalidade, foi restabelecida a denominação **Lusitana**, como desagravo, talvez, ou como uma reivindicação de direitos adquiridos. E o nome do bravo General Carneiro foi atribuído a uma rua nova, no alto da cidade, nas imediações da fábrica de seda, importante indústria local".<sup>2</sup>

---

(2) Com o tempo o Instituto de Sericicultura, mantido em Campinas por muito tempo pela Secretaria da Agricultura, à rua General Carneiro, acabou sendo desativado, embora o grande edifício que o abrigava ainda exista, dedicado a outras finalidades.

## TEXTOS

(Sugestões para seminários)

## A FORMAÇÃO BRASILEIRA

(Graça Aranha)

A História da Civilização no Brasil se poderia escrever em quatro linhas, tão simples, tão insignificante tem sido a sua contribuição na luminosa história do espírito humano. Poderíamos reduzir todo o esforço da cultura no imenso território em que acampamos, a três fatos essenciais: o “descobrimento” que despertou a cobiça européia e foi acidente do qual resultou a fusão das raças que povoaram primitivamente o país; a fundação da “nacionalidade” sob o trabalho escravo, e a transformação dessa base econômica para dar lugar ao estabelecimento do “trabalho livre”, desenvolvido pela imigração dos povos europeus, de que resultará a modificação dos fundamentos da nacionalidade constituída. Três únicos grandes sucessos históricos que interessam à humanidade: descobrimento, independência nacional, abolição da escravatura. Como para toda a América, simples destino econômico, terras de produção material, de trabalho e de riqueza. Mas ainda assim, nessas mesmas linhas geométricas dessa história de um país se pode perceber o movimento singular da civilização, que se apresenta como o resumo, a recapitulação vaga, esbatida, de toda a História Universal. Seria a verificação daquela imaginária lei da história, já engenhosamente ideada e formulada no pensamento brasileiro, lei pela qual se explicaria a evolução política dos povos, a evolução dos organismos sociais à semelhança da evolução dos organismos naturais e dos corpos astronômicos. Por um processo de ontogênese a evolução social repete, recapitula, a filogênese universal. De fato, aparentemente, a civilização no Brasil repete de um modo singular em rápidos movimentos as grandes fases políticas da civilização humana. Como esta foi teocrática no seu começo, assim fora a primeira organização social brasileira, apesar do grau superior de civilização da metrópole naquele momento. Nesse primeiro período colonial os homens representativos da História do Brasil são os bispos, os padres jesuítas. Quando, em seguida, a fase social repetiu a época militar das civilizações históricas, os homens representativos, os chefes da organização política brasileira foram os donatários de capitânias,

os capitães mores, os vice-reis soldados. Afinal, no Império e na República, ela se tornou burguesa e democrática, como toda a humanidade depois da formação anglo-saxônica dos Estados Unidos, e da Revolução Francesa.

(A *Estética da Vida*, p. 165/166. Rio de Janeiro/Paris, s.d.)

\*

### COROLÁRIO DE ROOSEVELT PARA A DOCTRINA MONROE

Não é verdade que os Estados Unidos sintam fome de alguma terra ou entretenham quaisquer projetos com relação a outras nações do Hemisfério Ocidental salvo tais que igualmente existem para seu bem-estar. Tudo o que este país deseja é ver os países vizinhos em estado de equilíbrio, ordem e prosperidade. Qualquer país cujo povo se conduz bem por si próprio pode contar com nossa amizade sincera. Se uma nação demonstra que conhece como agir com eficiência racional e decência nos assuntos sociais e políticos, se ela conserva a ordem e resgata suas obrigações, não necessita temer nenhuma interferência dos Estados Unidos. A atitude crônica do “fazer mal”, ou uma ineficácia que resulta num afrouxamento geral dos laços da sociedade civilizada, tem na América, como em outra parte, exigido ultimamente a intervenção por alguma nação civilizada, e no Hemisfério Ocidental a adesão dos Estados Unidos à Doutrina Monroe pode forçar os Estados Unidos, embora com relutância, em casos flagrantes daquela atitude ou ineficácia, para o exercício do poder policial internacional. Se cada região banhada pelo mar do Caribe pudesse evidenciar o progresso de uma civilização estável e justa que, com a ajuda da Emenda Platt, Cuba demonstra desde que as nossas tropas deixaram aquela ilha, e que também demonstram tantas das repúblicas de ambas as Américas de modo constante e brilhante, todas as questões acerca de uma interferência desta Nação em seus negócios deveriam extinguir-se.

Nossos interesses e os de nossos vizinhos do Sul são em realidade os mesmos. Eles possuem grandes riquezas naturais, e se dentro de seus limites o reino da lei e da justiça é alcançado, então é certo que a prosperidade virá junto. Enquanto obedecem assim às leis primárias da sociedade civilizada podem eles ficar tranquilos e certos de que serão por nós tratados num clima de simpatia cordial e proveitosa. Eles só merecerão a nossa interferência em último caso, e então apenas se for constatado claramente que sua inabilidade ou fraqueza para executar a justiça em casa

e no exterior tenha violado os direitos dos Estados Unidos ou incitado a agressão estrangeira em detrimento do conjunto das nações americanas. Constitui simples axioma dizer que cada país, seja os Estados Unidos ou qualquer outro, que deseje manter sua liberdade, sua independência, deve supor em última análise que o direito de tal independência não pode ser separado da responsabilidade de fazer bom uso dela.

(Morris, Richard, B. — **Documentos básicos da História dos Estados Unidos**, 184/185. Trad. Francisco Rocha Filho. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.)

## VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

## OSWALDO RODRIGUES CABRAL (1903-1978)

Nascido em Laguna, Santa Catarina, a 11 de outubro de 1903, Oswaldo Rodrigues Cabral, após os estudos de humanidades realizados em seu Estado natal, transferiu-se para o Rio de Janeiro a fim de realizar o curso de medicina na Faculdade da Praia Vermelha. Diplomando-se em 1929, retornou a Santa Catarina, fixando-se em Florianópolis, onde viveu até ao fim de sua vida. Na capital catarinense, exerceu a medicina e o magistério e dedicou-se ao estudo da história de Santa Catarina, assunto sobre o qual versa quase toda a sua extensa bibliografia.

Seu nome merece figurar entre os dos maiores cultores da história regional. Seu primeiro livro sobre o assunto, publicado em 1937 na prestigiosa coleção "Brasiliana", da Companhia Editora Nacional (volume 80), revela uma elevada compreensão do sentido da história regional. Ao elaborá-lo, procurou fugir aos moldes então usuais de uma história meramente cronológica ou episódica, ou de uma história do Brasil simplesmente "adaptada" a Santa Catarina. Como resultado, temos em seu livro um dos melhores trabalhos já publicados entre nós relativo à história de um Estado brasileiro. Infelizmente, o volume da "Brasiliana" nunca foi reeditado. Porém, Oswaldo R. Cabral retomou o assunto em outro livro, publicado em 1968, este de natureza mais didática, pois foi elaborado tendo em vista o ensino da história de seu Estado nos currículos escolares. Neste novo volume, o objetivo tendo sido outro, compreende-se que seu plano também seja diferente, embora particularmente preferamos o primeiro. Na preocupação de tornar seu livro o mais atual possível (e por isto responde o objetivo que o motivou), o autor talvez o tenha sobrecarregado com excesso de informações, todas valiosas, sem dúvida, mas certamente pouco condizentes com a natureza didática do volume. Importantes, todavia, afiguram-se-nos os dados relativos ao povoamento do interior do Estado, de maneira a permitir a reconstituição de antigos itinerários de penetração, a partir da segunda metade do século passado.

Aliás, já no primitivo livro de 1937 estes assuntos relativos a povoamento e colonização ocuparam boa parte do volume, o que levava o

saudoso Pierre Monbeig, geógrafo sempre interessado em problemas de frentes pioneiras, a valorizar bastante o trabalho do autor catarinense, que o rabiscador desta nota teve o privilégio de conhecer em Florianópolis, em 1940, quando ali se reuniu o IX Congresso Brasileiro de Geografia. Lembremo-nos, ainda, da excelente conferência que Oswaldo Rodrigues Cabral então proferiu, sobre a evolução histórica de seu Estado, e que pode ser lida no volume primeiro dos **Anais** do referido Congresso.

Além desses dois livros gerais sobre a história catarinense, dedicou-se Oswaldo Cabral ao estudo de numerosos temas do mais alto interesse para o passado da terra “barriga verde”: histórias de cidades (Florianópolis, Laguna, Brusque), problemas de povoamento e colonização, temas religiosos, judiciários, médicos, folclóricos, e ainda outros, como o demonstra a extensa bibliografia, evidentemente não completa, que oferecemos aos leitores. Além de livros, deixou muita coisa esparsa em jornais e revistas culturais. Pertenceu à Academia Catarinense de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Exerceu funções públicas de relevo, foi deputado estadual e professor na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santa Catarina. Em Florianópolis faleceu aos 17 de fevereiro de 1978.

#### BIBLIOGRAFIA DE OSWALDO RODRIGUES CABRAL

##### Medicina

- O ensino de Higiene nas escolas públicas de Santa Catarina.** 1927.
- Problemas educacionais de Higiene.** 1929.
- O segredo médico.** 1932.
- O segredo médico em face da lei penal e da deontologia.** 1951.
- Aspectos sociais, jurídicos, médicos e médico-legais do problema da idade.** 1954.

##### Medicina e História

- Medicina, médicos e charlatães do passado.** 1942.

##### Medicina e Folclore

- A medicina teológica e as benzeduras.** 1959.
- Vocabulário de consultório médico.** 1951.
- A medicina caseira.** 1952.

##### História

- Santa Catarina: história: evolução.** 1937.
- Laguna e outros ensaios.** 1939.
- A República Juliana e as comemorações do seu centenário.** 1939.
- Os jesuítas em Santa Catarina e o ensino de humanidades na província.** 1940.
- Notícia sobre as ruas do Desterro colonial.** 1940.
- Laguna.** 1940.
- Evolução histórica, econômica e social de Santa Catarina.** 1940.

- A vitória da colonização acoriana. 1940.  
 A Venerável Ordem Terceira de São Francisco na Ilha de Santa Catarina. 1940.  
 Assuntos insulanos: contribuição ao estudo do povoamento de Santa Catarina pelos casais acorianos e madeirenses. 1948.  
 Anita Garibaldi. 1949.  
 A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. 1950.  
 Os açorianos. 1951.  
 Os juízes de fora. 1951.  
 A música em Santa Catarina no século XIX. 1951.  
 A vida pública do Padre Vicente Pires da Mota. 1953.  
 Para um destino eternamente ignorado. 1954.  
 Nossa Senhora do Desterro: casas, sobrados, chácaras. 1954.  
 A organização da justiça na Colônia e no Império e a história da comarca de Laguna. 1955.  
 Rafzes seculares de Santa Catarina: Desterro. 1953.  
 Rafzes seculares de Santa Catarina: Laguna. 1955.  
 Osório (conferência). 1958.  
 O bispado de Santa Catarina e a sua criação. 1958.  
 João Maria: interpretação da Campanha do Contestado. 1960.  
 Brusque: subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império. 1958.  
 Fritz Müller: estudo biográfico. 1959.  
 A Independência e a Capitania de Santa Catarina. 1964.  
 História de Santa Catarina. 1968.  
 Notícia histórica, autêntica, sincera, pitoresca e sentimental da vila, depois cidade de Nossa Senhora do Desterro. 2 vs. 1971.  
 Memória histórica, pitoresca e sentimental de muitos fatos autênticos havidos (mas não de todos) e de muitas outras coisas que se passaram na vila, depois cidade de Nossa Senhora do Desterro. 2 vols. 1971.  
 Breve notícia sobre o poder legislativo em Santa Catarina.  
 Os últimos dias do absolutismo lusitano e os primeiros de um novo Império, em "Anais do Congresso de História da Independência do Brasil". v. 2<sup>o</sup> 1975.

#### Folclore e Etnologia

- As congadas da Lapa. 1926.  
 A setra, a funda e o bodoque. 1950.  
 Calungas de barro cozido. 1951.  
 Antigos folguedos infantis de Santa Catarina. 1951.  
 A Olaria Josefense. 1951.  
 As danças de congos no sul do Brasil. 1951.  
 A ciência do folclore. 1952.  
 O folclore do jogo do bicho. 1953.  
 Contribuição ao estudo dos folguedos populares em Santa Catarina. 1953.  
 Cantos de Natal. 1953.  
 Cultura e Folclore. 1954.

#### Viagem

- Terra da Liberdade (impressões sobre os Estados Unidos). 1944.

#### Ficção

- Fortunato Barbosa, escriturário padrão F. 1951.

## SELETA

## A COLONIZAÇÃO DO VALE DO TUBARÃO

Oswaldo R. Cabral

A colonização do vale do Tubarão é bem mais recente que a do Itajaí e planejou-a o presidente da Província, Alfredo d'Escragno Taunay, que ao governo imperial encarregou a necessidade da ereção de núcleos coloniais ali, prevendo as vantagens que adviriam para a economia da província com o aproveitamento de tão férteis terras.

Aceitas as sugestões de Taunay, após os estudos prévios necessários, em 1877, um ano depois da visita presidencial, às margens do Pedras Grandes se instalavam os primeiros 290 colonos, na maioria italianos, fundando-se a Colônia de Azambuja.

Vencidas as primeiras dificuldades, entrou a prosperar rapidamente, como se previra, o novo núcleo, contando, um ano depois da sua instalação, cerca de oitenta casas, das quais três de comércio, alguns quilômetros de estradas carroçáveis e para mais de duas centenas de quilômetros de caminhos de tropas. As lavouras se iniciaram e a cultura da videira, cujas mudas foram levadas pelos próprios colonos, começou a se desenvolver.

Em prosseguimento a seus trabalhos, a Comissão que chefiava os serviços de colonização iniciou pouco depois o levantamento das terras marginais do rio Uruçanga, fazendo medição de mais de duas centenas de lotes e determinando uma área destinada à sede de outra colônia. Em 1881, Azambuja já se podia emancipar do regime colonial, apresentando um ótimo desenvolvimento. Além da plantação da videira, ocupavam-se os seus colonos do plantio do milho, do arroz, do trigo e da cana-de-açúcar, já se contando também as primeiras pequenas indústrias.

Em 1878, chegavam as primeiras famílias destinadas a Uruçanga, em número de setenta e seis, todas italianas. O rio Uruçanga corre num estreito vale situado entre os vales do Tubarão e do Araranguá, em bacia de terras igualmente férteis. A referência à sua colonização, nesta parte, relativa ao vale do Tubarão, bem como as que se farão referentes ao do Araranguá, se justificam pela íntima ligação existente entre as colônias, em seu início.

Dois anos antes, havia sido feita intensa propaganda, na Itália, em torno das possibilidades do Brasil como país de imigração, princi-

palmente no Veneto e na Lombardia. A crise por que passava então a Itália determinou uma grande afluência de colonos, oriundos de Beluno, Treviso, Vicenza, Udine, Padua e Verona, daquela, e Mantua, desta, gente que se dispôs a emigrar para o Novo Continente. Prometia-se a ela lotes rurais e urbanos de três classes, de acordo com a área, facilidades nos pagamentos e direito de tomar parte na administração das colônias através de seis membros livremente escolhidos, juntamente com o médico e o Diretor.

Em fins de maio, a primeira leva atingia o local escolhido para a colônia, sendo recolhida a um barracão, e, em junho se faziam as distribuições das terras. Ajudando-se mutuamente, iniciaram as derrubadas e pouco depois começaram a surgir as plantações e as primeiras edificações de madeira. Os colonos de Azambuja socorreram os recém-chegados de víveres até que as lavouras garantissem a subsistência do novo núcleo. Bastante lutaram os colonos italianos. Obrigados a trabalhar quinze dias no mês em serviços públicos de utilidade geral, eram pagos em bonus que valiam gêneros alimentícios, que podiam ser retirados no armazem da própria companhia colonizadora. Esta não primava pelo escrupuloso cumprimento das suas obrigações e, cessando a subvenção do governo, suspendeu àquela os fornecimentos. Alguns colonos se viram obrigados a mudar de residência, passando para as colônias alemãs já adiantadas. Finalmente, entraram as lavouras a produzir e no Rancho dos Burgres surgiu o primeiro moinho. Infelizmente para a população, as vias de comunicação eram poucas e só por Azambuja podiam sair os produtos da novél colônia. Em 1879, nova leva de colonos chegou, sendo distribuídos quatrocentos lotes e se estendendo assim as linhas coloniais para o Rio dos Bugres, Rio Maior, Uruçanga Baixa, Rio Americano, Salto e Gaeté.

Os últimos imigrantes chegados foram enviados para local distante vinte e cinco quilômetros de Uruçanga, em número de cinqüenta, dos quais vinte se recusaram. Os restantes seguiram para o local e aí, já no vale do Araranguá, estabeleceram os fundamentos da hoje próspera vila de Criciúma.

Novos moinhos surgiram e aos engenhos de cana seguiram-se os alambiques para o preparo da cachaça. Em 1881, a boa nova da construção da Estrada de Ferro D. Teresa Cristina fez com que muitos colonos se alistassem como operários da construção. Neste mesmo ano, deu entrada em Uruçanga o primeiro gado.

Infelizmente, por mais de uma vez foram os colonos assaltados pelos aborígenes, resultando mortes de alguns imigrantes e correrias por toda a região. Entradas realizadas, de nada adiantaram e procurou-se então criar novas colônias que facilitassem a derrubada das matas em que se abrigava o gentio. Tiveram assim origem os núcleos de Rio dos Pinheiros e Grão Pará (este no vale do Braço do Norte), cuja instalação foi tumultuosa, havendo séria divergência entre os colonos e a companhia colonizadora, a

ponto de exigir a presença do Cônsul Geral da Itália, residente no Rio de Janeiro, para restabelecer a ordem e acalmar os ânimos.

O ano de 1885 assinala novos favores concedidos à imigração estrangeira e data de então a fundação de Rio Cocal ou Núcleo Acioli de Vasconcelos, hoje novamente com aquela denominação. Por esse tempo Uruçanga já via a sua produção exceder ao próprio consumo. Uma companhia de laticínios foi idealizada e posteriormente fundada outra para a exploração de produtos de origem suína, principalmente a banha, desenvolvendo-se então de modo bastante satisfatório a criação de suínos. A cooperativa funcionou com regularidade por quatro anos, findos os quais se dissolveu.

Ante as investidas dos bugres, cada vez mais agressivos e audaciosos, o Governo obteve a vinda, do Paraná, de um missionário, Frei Luiz de Semetilli, conhecido catequista, que infelizmente nada obteve, apesar de procurar por todos os artifícios atraír os selvagens.

Uruçanga formou centro, pois teve uma área determinada para isto, aliás de acordo com o decreto de 1876, que regulava a criação das colônias. O mesmo não aconteceu a Azambuja que, embora localizada em terras próprias e férteis, não pôde formar um núcleo, estendendo-se pelos caminhos e linhas coloniais. Uruçanga, assim, pôde tomar maior vulto. Em 1886, já tinha sua primeira escola e cinco anos mais tarde já era freguesia e juizado de paz. A lei Glicério, de 86, facilitou ainda mais a ida de novos colonos, italianos, russos e polacos, para Cocal, sendo que os russos formaram a linha de São João Batista, próxima a Criciuma.

Em 1891, a antiga colônia de Azambuja via-se dividida em quatro centros coloniais: Azambuja, Uruçanga, Acioli Vasconcelos e Presidente Rocha. Acioli compreendia Cocal e Criciuma. Presidente Rocha foi criado com a localização de famílias brasileiras, italianas e alemãs. Às margens do Sangão, neste mesmo ano, instalava-se o Núcleo Torrens, com 63 famílias.

O vale próximo do Araranguá tem a sua colonização intimamente ligada à do vale do Tubarão e do Uruçanga.

Ainda por efeito da Lei Glicério, em 1890, Angelo Fiorita obteve uma concessão de trinta mil hectares de terras a sudoeste de Uruçanga, com o fim de encaminhar para ali uma outra corrente imigratória italiana. De início, foram os trabalhos entregues a Miguel Napoli e mais tarde à Companhia Metropolitana, com sede no Rio de Janeiro, que comprou aquela concessão a Fiorita. Em 1891, já esta Companhia localizava mil e seiscentos colonos, criando-se assim a colônia de Nova Veneza, sobre o rio Mãe Luzia, tributário do Araranguá. Com a entrada neste mesmo ano de cerca de quatro mil e trezentos imigrantes, ficou grande área povoada, resultando a instalação, além de Nova Veneza, dos núcleos de Nova Treviso, Nova Beluno e Belvedere. No ano seguinte, com mais mil, trezentos e cinquenta colonos fundava-se São Bento e em 1895 o Rio Jordão, com as últimas famílias italianas entradas.

Assinalaram destacado desenvolvimento estas colônias sulinas.

Uruçanga, com mais de cinco mil almas, em 1900, fazia-se município, absorvendo para a sua jurisdição parte das terras da ex-colônia Azambuja, que compreendia as povoações de Nova Beluno e Cocal. Azambuja continuou pertencendo ao município de Tubarão. Estes dois municípios contam com significativa produção, contando-se entre as principais a banha e o vinho. Grão Pará, também na bacia do Tubarão, com cinco anos de vida, contava com mais de quatrocentos fogos e apresentava regular adiantamento. Com a criação do município de Orléans, em 1885, cuja sede fica sobre a confluência do Três Barras e do Tubarão, passou a colônia inteiramente para este novo município.

Servidos por estradas de rodagem, por uma ferrovia e pelo rio Tubarão, navegável por pequenas embarcações, os produtos destes municípios ganham com relativa facilidade os mercados da costa e do planalto, desenvolvendo-se ativamente o seu comércio.

Nova Veneza, localizada em ótimas terras, registrou sensível adiantamento, contando, dois anos depois de fundada, três mil e quinhentos habitantes. Fica na divisa dos municípios de Criciúma e Uruçanga. Criciúma apresentou grande expansão de desenvolvimento. Com a descoberta no seu sub-solo de carvão mineral, tornou-se centro de atração de extensa zona. Tornou-se município também e a Teresa Cristina o serve, como a Uruçanga e Araranguá.

Assim como no vale do Itajaí, nestes vales sulinos se nota a mesma dispersão em torno do primitivo núcleo, dando origem a outras colônias e, como naquela região, outros municípios foram se originando dos primeiros existentes.

Apesar da existência de boas estradas de rodagem, da Estrada de Ferro D. Teresa Cristina, que estende os seus trilhos de Imituba a Araranguá, ainda se resente o sul da falta de comunicações. Os produtos coloniais desta riquíssima zona suprem os mercados consumidores do Estado e de outras regiões do país e o carvão de pedra, cuja extração se vem fazendo em maior escala nestes últimos anos, contribui ainda mais para que um futuro promissor esteja destinado à riquíssima zona. Todavia, empenham-se os governos em assegurar um maior desenvolvimento do sistema rodoviário do sul do Estado, a fim de que possam os produtos sulinos alcançar mais facilmente os centros consumidores.\*

(Santa Catharina: história, evolução, pp 144 a 151. São Paulo, Editora Nacional, 1937. Coleção "Brasílica", v. 80).

(\*) É preciso ter em conta que a obra de Oswaldo R. Cabral donde foi extraído este excerto foi publicada em 1937, portanto há mais de cinquenta anos, período suficiente para que grandes transformações ocorressem no panorama do Sul de Santa Catarina no que diz respeito a transportes e comunicações. (O. N. M.)

## RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nessa seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às quartas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

### 170. CAMPINEIRO DE NITERÓI

Quando de meu ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, há cerca de dez anos, tive o alto privilégio de ser recebido no tradicional sodalício fluminense por Nelson Omegna, este grande “campineiro de Niterói” que, em fins do mês passado, viu terminada sua abençoada existência terrena. No discurso que então proferi, recordei a velha amizade que nos ligava. Tive mesmo oportunidade de conhecer seu pai, o rev. Constâncio Omegna, uma das grandes figuras do Protestantismo no Brasil, tendo escrito sobre ele, nesta mesma folha, em 1977, por ocasião do transcurso de seu centenário.

Nascido na antiga capital fluminense em 17 de novembro de 1903, Nelson Omegna veio a falecer uma semana após ter completado 84 anos. Os primeiros estudos, ele os fez em Valença (em colégio fundado pelo pai), vindo pouco depois para Campinas onde realizou sua formação teológica no tradicional Seminário Presbiteriano, então localizado nos altos da rua Doutor Quirino. Seguindo o exemplo paterno, tornou-se pastor, grangeando fama bem merecida de grande orador sacro, dos maiores que o Protestantismo brasileiro já possuiu. A certa altura de sua vida, por circunstâncias que não vêm ao caso, Nelson Omegna trocou o púlpito pela cátedra e o ministério evangélico pelo magistério, pelo jornalismo, pela política e pela pesquisa histórica, áreas em que realizou brilhante carreira. Foi professor de nossa Escola Normal, vereador à nossa Câmara, deputado federal, exercendo, embora por pouco tempo, a função de Ministro do Trabalho; presidiu o Centro de Ciências, Letras e Artes e foi redator deste jornal, no qual continuou colaborando mesmo fora de Campinas.

Encerrando sua carreira política, fixou-se no Rio de Janeiro, onde se tornou um dos membros mais atuantes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nossa bibliografia histórica deve-lhe dois importantes livros: **A Cidade Colonial** e **A Diabolização dos Judeus**. O primeiro,

publicado em 1961 na renomada e prestigiosa coleção “Documentos Brasileiros”, da Editora José Olympio, foi reeditado dez anos depois por uma editora de Brasília, mas já não é encontrável nas livrarias e bem faria jus a uma nova edição, pois é dos melhores títulos de nossa historiografia social. Além destes dois volumes — e de mais alguns que publicara quando residente em nossa cidade — deixou Nelson Omegna valiosos trabalhos sobre a história de sua cidade natal, publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Embora ausente de Campinas há muitos anos, nunca deixou de se interessar por esta cidade, que ele prezava tanto quanto a sua Niterói. Aqui sempre contou com dedicados amigos e parentes, aos quais visitava com relativa frequência, sempre que suas condições de saúde o permitiam.

Ao grande “campineiro de Niterói”, esta pálida homenagem de quem muito se orgulha de o ter tido como amigo. 23-12-1987.

\*

#### 171. SOB O SIGNO DE GUILHERME DE ALMEIDA

Há pouco mais de dois anos, um grupo de jovens, amantes e cultores da poesia, na cidade paulista de Catanduva, dispôs-se a fundar uma entidade dedicada à arte poética. É significativo que a idéia tenha partido de uma jovem de apenas dezesseis anos, na época estudante de curso secundário. Noticiou pelo jornal local sua intenção, solicitando aos interessados que entrassem em contato com ela. A essa jovem juntaram-se outros, animados do mesmo ideal e isto marcou o início de uma série de reuniões visando à fundação do que se pretendeu inicialmente se chamasse “Casa do Poeta”. Pensando melhor, decidiram-se por “Grupo de Poesia”. Aqui, outra nota bastante significativa: não tiveram a pretensão de se chamar “Academia”, como tem sido tão comum, aviltando, muitas vezes, o verdadeiro sentido da palavra. Não. O grupo de Catanduva teve o bom senso de evitar o pretensioso nome, embora o funcionamento de sua entidade corra nos moldes de uma pequena academia: cadeiras (apenas vinte), com patronos e titulares eleitos. Parece que não se estatuiu a vitaliciedade, o que foi uma boa coisa. Entenderam que, tal como as vinte cadeiras, a própria entidade deveria ter um patrono e para esta alta finalidade escolheram nada menos que Guilherme de Almeida, o campineiro que se tornou o “Príncipe dos Poetas Brasileiros”.

Seu objetivo, constante logo do artigo inicial dos estatutos, é claro: “A difusão e desenvolvimento da cultura literária, da língua nacional e especialmente da poesia, em todas as suas manifestações”. É seu

presidente o dr. Alcy Gigliotti, ilustre magistrado com função em diversas cidades do Estado e que há muito se encontra radicado em Catanduva.

O mais significativo, contudo, do que aqui se registra, é que o “Grupo de Poesia Guilherme de Almeida” conseguiu — coisa rara neste País — editar uma revista, já com quatro números publicados, contendo notícias da entidade e principalmente colaboração de seus integrantes. Impressiona a quem folher a mesma — aliás, de muito boa apresentação —, a colaboração do elemento jovem da cidade, rapazes e moças. Vários dentre os “titulares” do Grupo não alcançaram os vinte anos e alguns sequer a maioridade civil. Mas, parece que lhes interessa mais a maioridade literária, e é esta que estão procurando atingir. Isto, realmente é animador.

Para o autor destas linhas, que ocupa na Academia Paulista de Letras a cadeira que pertenceu a Guilherme de Almeida, foi sumamente gratificante tomar conhecimento da existência do “Grupo” de Catanduva, e, mais ainda, por ver entre os seus animadores alguém que foi seu aluno em nossa Universidade Católica: o professor Sérgio Luiz de Paiva Bolinelli. Longa vida e pleno êxito é certamente o que podem desejar todos os que se interessam pelo desenvolvimento da cultura literária. 16-12-1987.

\*

## 172. EXPRESSIVA FIGURA DAS LETRAS MINEIRAS

Inegavelmente, Oíliam José é uma das mais legítimas expressões culturais das Alterosas, membro atuante da Academia Mineira de Letras e autor de obra considerável, não só nos domínios da História (seu campo predileto), mas também nos da Sociologia, da Filosofia e da Literatura. Se ainda não me foi dado o prazer e o privilégio de conhecê-lo pessoalmente, posso, contudo, gabar-me de um razoável conhecimento de sua obra, que acompanho há vários anos, desde quando, creio que em 1952, publicou a história de sua cidade natal, Rio Branco (depois batizada de Visconde do Rio Branco), importante centro da Zona da Mata mineira, que visitei mais de uma vez, quando aí tinha amigos e colegas, nos tempos já bem recuados em que vivi em Juiz de Fora. Mas, a Oíliam José interessou não apenas o estudo da cidade em que nasceu, mas a história do povoamento da região, e a este respeito é significativo o livro em que trata da figura de Guido Marlière, cidadão francês que se radicou na Mata mineira, onde realizou extraordinária obra como catequista e diretor de aldeamentos e colônias indígenas, notadamente entre os botocudos. Daí, o historiador mineiro chamá-lo de “o colonizador”, que, de fato, ele o foi.

Ressaltaria, ainda, em sua extensa bibliografia, monografias versando a propaganda republicana em Minas, os indígenas no território mineiro, o racismo em Minas Gerais (tema bastante atual) e o excelente estudo sobre Tiradentes (que não poderia faltar na produção de um historiador mineiro...), e que constitui, não apenas no meu entender, mas também no de muitos outros que do livro se ocuparam, o mais sereno e equilibrado estudo sobre a figura do mártir do 21 de Abril, sem os exageros do panegírico, tão freqüentes na maior parte dos autores que dele trataram, e sem o negativismo que caracteriza certos escritores modernos. Seu belo estudo sobre a vítima maior da Inconfidência foi, há pouco, reeditado pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, integrando a preciosa coleção "Reconquista do Brasil", na qual se insere como volume 89, da chamada "Nova Série".

Publicou, ainda, Oíliam José (de parceria com Martins de Oliveira) o precioso volume contendo as "Efemérides da Academia Mineira de Letras", do qual safu há cerca de dois anos reedição devidamente atualizada. Ao contrário do que o título poderá indicar aos leitores menos avisados, não se trata de simples repositório do que ocorreu no sodalício mineiro, fundado em Juiz de Fora em 1909 e para a capital transferido em 1915, mas de uma contribuição preciosa, diria mesmo um vasto panorama da cultura mineira nos quase oitenta anos da vida da Instituição. Deixarei para próxima nota uma apreciação sobre o que me parece o mais importante de todos os trabalhos saídos da pena do escritor: seu belo estudo sobre a historiografia mineira, que vem de ser reeditado. (20-01-1988)

\*

### 173. ESTRANGEIROS NO BRASIL NO SÉCULO PASSADO

Talvez por descender de uma família francesa vinda para o Brasil ao tempo de D. João VI, integrando missão artística contratada para fundar no Rio de Janeiro uma Escola de Belas Artes, o Visconde de Taunay interessou-se sempre pela contribuição que os estrangeiros de qualquer nacionalidade pudessem ter dado à cultura brasileira. Muito escreveu sobre o assunto. Interessavam-lhe não apenas os viajantes ocasionais que houvessem visitado o País, mas, particularmente aqueles que nele se houvessem radicado. E ainda alguns que nunca estiveram no Brasil, mas sobre eles escreveram, como o historiador inglês Robert Southey.

Um dos últimos trabalhos que publicou, já ao crepúsculo de sua existência, consistia num arrolamento de **Estrangeiros ilustres e pres-**

timosos que concorreram com todo o esforço e dedicação para o engrandecimento intelectual, artístico, moral, militar, literário, econômico, industrial, comercial e material do Brasil, desde os princípios do século XIX até 1892. O título extenso, mas bastante explícito, consta da publicação original, aparecida em 1895 (quatro anos antes de seu falecimento), integrando o tomo 58, parte 2ª, da preciosa **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, do Rio de Janeiro.

O elenco, como é natural, começava pelos franceses, e dentre estes, como também é natural, pela sua própria família: o avô, Nicolau Antônio Taunay, seu irmão Augusto Maria e seus cinco filhos Augusto Carlos, Hipólito, Félix Emílio, Teodoro e Adriano, todos vindos em 1816. Félix Emílio, que veio a ser o pai do Visconde de Taunay, permaneceu no Brasil quando os demais (menos Adriano, que aqui faleceu) retornaram à França. Consorciou-se com a filha do ministro francês Conde d'Escragnoille, dando, assim, origem à família Escragnoille Taunay, sobrenomes que o futuro Visconde foi o primeiro a usar.

Quase quarenta anos depois (1932), o elenco de estrangeiros elaborado pelo Visconde de Taunay foi tirado em livro, pequeno volume de 126 páginas, da Companhia Melhoramentos de São Paulo. Afonso de Taunay, que preparou a edição, simplificou-lhe o título para **Estrangeiros ilustres e prestimosos no Brasil**, acrescentando ao volume um capítulo sobre um dos franceses mais ilustres de quantos estiveram no Brasil: Louis Couty; e ainda a parte final da biografia de outro francês a quem o Brasil muito ficou devendo: Augusto de Leverger, Barão de Melgaço, nome particularmente vinculado a Mato Grosso. Daí, alguém o ter chamado de "Bre-tão cuiabanizado".

O elenco de Taunay, hoje bastante raro, arrola mais de quatrocentos nomes, das mais variadas nacionalidades: franceses, ingleses, alemães, austro-húngaros, suíços, gregos, dinamarqueses, russos, italianos, belgas, poloneses, holandeses, espanhóis, suecos, portugueses e norte-americanos. Obra que está a merecer uma reedição, se possível complementada e corrigida em alguns poucos enganos em que incidiu seu autor. (03-02-1988)

\*

## 174. ROMANCISTA FRANCÊS NA CAPITAL DO IMPÉRIO

Em meados do século passado andou pelo Rio de Janeiro o romancista francês Olivier Gloux, que publicou todos os seus livros sob o pseudônimo de Gustave Aimard. Nascido em Paris em 1818, na mesma

cidade faleceu, num asilo de alienados, a 20 de julho de 1883. Embora pouco lembrado hoje, gozou de certa reputação em seu tempo como autor de romances e livros de façanhas exóticas. Teve vida plena de aventuras: menino ainda, navegou em barcos de pesca pelos mares do Norte da Europa; aos 14 anos, veio pela primeira vez à América, vivendo, segundo conta, dez anos entre tribos indígenas do Oeste dos Estados Unidos, nas quais se inspirou para muitos dos seus romances; viajou depois pela Espanha, pela Turquia e pelo Cáucaso e só depois destas andanças foi que se decidiu a retornar à sua terra, começando a publicar seus livros, cujas edições pela conhecida casa Amyot l'he foram facilitadas pelo casamento.

Gustave Aimard esteve duas vezes no Rio de Janeiro, a primeira em 1852 e a segunda provavelmente no fim da década de 70. Não teve oportunidade de ver impresso seu relato da viagem ao Brasil, que só após seu falecimento pôde ser publicado. E fez jús a duas edições, uma em 1886 e outra de 1888, sendo esta última profusamente ilustrada por Fernand Besnier. E. Dentu, de Paris, foi o editor de ambas. **Mon dernière voyage: le Brésil nouveau** é o título de seu livro.

O que escreveu é bastante simpático ao nosso País, embora não seja das peças mais importantes de nossa xeno-bibliografia. Ao finalizar seu livro, datado de 19 de julho de 1882, informou que visitaria diversas províncias do Brasil depois de ter estado no Rio de Janeiro. Não se sabe se de fato o fez, pois seu relato cuida apenas da Capital do Império.

“Em suas páginas há acentuada marca de benevolência para com o Brasil e os brasileiros”, diz Afonso de Taunay, que l'he resenhou o livro. E com visível pendor de imparcialidade, pois o romancista teve não poucos momentos de aborrecimento. O que escreveu de D. Pedro II, as impressões por vezes muito elogiosas decorrentes da visita a vários estabelecimentos oficiais fluminenses, mostram que ao redigir seu **Brésil nouveau**, animava-o acentuado espírito de imparcialidade, salvo quanto às coisas de religião, que sempre tratou com maior melevolência devido ao seu ferrenho anti-clericalismo.

A obra de Gustave Aimard jamais foi traduzida para a nossa língua; mas o historiador Afonso de Taunay fez dela excelente resenha comentada, que publicou em seis artigos no “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro, em 1944 e 45, artigos estes posteriormente reproduzidos em seu livro **No Rio de Janeiro de D. Pedro II**, págs. 117 a 200, publicado pela Agir, em 1947. Assim, graças a Taunay, podemos dispor de Aimard, como se seu próprio texto estivesse traduzido. (13-01-1988)

## 175. VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO

Os leitores mais idosos certamente se lembram de que outrora existia em Campinas, na parte central da cidade, uma via pública em cujas placas se lia a data que tomo para título desta nota: "Rua 24 de Fevereiro". E a rua que atualmente tem o nome do dr. Ernesto Kuhlmann. Rua pequena, de apenas três quadras, indo da 13 de Maio até o Largo do Mercado, mas muito importante pelo seu intenso comércio. A data recordava a primeira constituição republicana, promulgada a 24 de fevereiro de 1891, e que vigorou durante toda a chamada "Primeira República", só vindo a ser derogada após o movimento revolucionário que eclodiu no País em 1930. Alguns anos depois, a municipalidade entendeu que não fazia sentido existir uma via pública comemorativa de uma constituição que não mais vigorava, e daí a substituição pelo nome do dr. Ernesto Kuhlmann, professor ilustre de nosso antigo Ginásio do Estado e que havia pouco falecera.

Na época, embora ainda bastante jovem, já iniciava minha colaboração na imprensa campineira e me recorde de haver escrito contra a mudança. Não que fosse contrário à homenagem ao dr. Kuhlmann, é claro, mas entendia que o seu nome poderia ser dado a uma das muitas ruas novas que estavam sendo abertas e ainda sem denominação. Assim, não se sacrificaria uma data histórica, de tanta significação que chegou a ser feriado nacional e o foi durante toda a "Primeira República". É certo que a partir de 1930 a Constituição de 1891 deixou de vigorar, mas isto não tira seu significado histórico, pois, de fato, ela marcou uma época em nossa evolução política. Em São Paulo, por exemplo, existe a rua 25 de Março, que evoca a Constituição imperial de 1824. Nunca se pensou em substituir seu nome simplesmente porque a República tornou sem efeito a Constituição do Império, aliás, a mais duradoura (quase setenta anos!) de nossa História.

É claro que, apesar de meu protesto, a substituição foi feita, e pouca gente de hoje sabe que a rua Dr. Ernesto Kuhlmann um dia se chamou 24 de Fevereiro. Mas, não me conformei com a ausência, na planta de Campinas, de uma via pública evocando a primeira Constituição republicana. Chegou o dia de reparar a lacuna: quando integrei a Comissão de Nomenclatura de Vias Públicas, propus o nome de 24 de Fevereiro para alguma rua da cidade. Vi minha proposta aprovada e transformada em ato pelo Executivo, atribuindo a data a uma pequena rua, de apenas uma quadra, na Vila Castelo Branco. E fiz o mesmo com a data de 25 de março e que lá também se encontra, numa rua paralela. Estão ali, portanto, evocadas as duas primeiras Constituições do Brasil.

Enquanto no Império e na Primeira República as Constituições era comemoradas, com suas datas assinaladas como feriados nacionais, após 1930 ninguém mais "ligou" para as Constituições e pouca gente sabe as datas das cinco ou seis que em menos de cinquenta anos a República já teve... (24-02-1988)

## 176. A PROPÓSITO DE HISTORIOGRAFIA

“Sombria e lamentável tem sido a geral ausência de estudos historiográficos no Brasil e em Minas Gerais. Tais dimensões assume essa ausência, que, sem temer contestação, pode-se acolher a afirmativa de que ainda está por concretizar, em nosso País, a laboriosa missão da Historiografia.” Com este pensamento, expresso numa das primeiras páginas do livro publicado em 1959, o historiador Oiliam José, de cuja contribuição às letras históricas cuidei em nota anterior, sentiu-se muito à vontade para escrever uma obra tratando da historiografia mineira.

Reeditando seu livro quase trinta anos depois, pôde constatar: “Já se faz considerável o número de teses e estudos incluídos em publicações periódicas e cuidando de temas ligados à Historiografia”. Reivindica para si e para Francisco Iglésias o pioneirismo neste campo, nas Minas Gerais. Com vantagem para Oiliam José, pois seu livro é “amplo, geral e irrestrito” (como está em moda dizer-se), enquanto que o de Iglésias se atém à historiografia econômica.

A ausência “sombria e lamentável” a que o historiador mineiro se refere não deixa de ser real, no que tange a obras de conjunto. Estudos particularizados sobre determinados historiadores, temo-los muitos e excelentes: José Honório Rodrigues e Lycurgo de Castro Santos Filho, para Vamhagen; Saraiva Câmara, para Capistrano de Abreu; Maria de Lourdes Janotti, para João Francisco Lisboa; o próprio Iglésias, para Rodrigues Lapa, e alguns mais. Quanto aos estudos de conjunto, realmente contam-se nos dedos: José Honório, Stanley Stein, Pedro Moacyr Campos... Afinal, historiografia não deve ser apenas um rol de nomes de historiadores, com ligeiros traços biográficos e o elenco o mais completo possível do que cada um escreveu. Isto, por importante que seja, está longe de ser o “tudo”. Senti de perto o problema. Quando criei a **Notícia Bibliográfica e Histórica** e nela, em todos os números, uma seção dedicada a “Vultos da Historiografia Brasileira”, na qual já tratei de mais de uma centena de historiadores, deixei bem claro que tudo quanto pretendia fazer não deveria ser visto senão como ponto-de-partida para estudos mais profundos que pudessem servir de subsídios para uma futura Historiografia Brasileira. E foi uma pena — entre tantas coisas dignas de lamentação — que José Honório Rodrigues não chegasse a concluir sua grande obra sobre a **História da História do Brasil**.

O mérito da **Historiografia Mineira**, de Oiliam José está precisamente em cuidar mais do sentido das obras que dos autores propriamente ditos e em abrir um leque enorme para todas as áreas do conhecimento que possam ser abrangidas pela Historiografia. Mas, faz uma advertência bastante séria que eu gostaria fosse meditada por todos os historiadores: “Se as ciências auxiliares oferecem preciosa contribuição ao estudo histórico, é mister cuidar de não permitir que elas substituam a História”. (27-01-1988)



## **UNIDADES UNIVERSITÁRIAS**

### **I – INSTITUTOS**

1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

### **II – FACULDADES**

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

### **III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES**

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino  
Colégio de Aplicação "Pio XII"  
Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

वैप PUKAMP